



JBS S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias
acompanhadas do Relatório de Revisão Especial
dos Auditores Independentes
ITR - Informações Trimestrais
31 de Março de 2011 e 2010





KPMG Auditores Associados
Avenida Paulista, nº 2.313, 6º andar,
01311-300 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 3138-5000
Fax Nacional 55 (11) 3138-5058
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da JBS S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

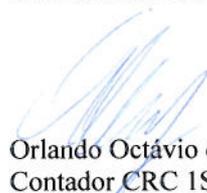
Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

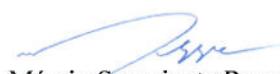
Auditoria e revisão dos valores correspondentes do exercício e do período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes revisou e auditou as informações contábeis intermediárias e as demonstrações financeiras do período e exercício findos em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 07 de maio de 2010, que não conteve modificação e 16 de março de 2011 que conteve opinião com ressalva por dúvidas quanto aos efeitos da investida Inalca JBS S.p.A nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Conforme divulgado na nota explicativa 9 esta investida foi descontinuada em março de 2011, tendo sido apresentada portanto como Operação Descontinuada retrospectivamente. Como parte de nossa revisão das informações contábeis intermediárias de 2011 revisamos também os efeitos de apresentação relacionados à esta Operação Descontinuada e concluímos que tal apresentação é apropriada.

São Paulo, 9 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5


Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4


Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

JBS S.A.
**Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.172.618	3.000.649	3.557.276	4.074.574
Contas a receber de clientes (Nota 5)	1.622.891	1.672.729	3.969.279	4.036.104
Estoques (Nota 6)	1.064.876	1.109.472	4.520.914	4.476.934
Ativos biológicos (Nota 7)	-	-	420.186	417.028
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.165.464	1.088.310	1.595.519	1.515.013
Despesas antecipadas	18.739	13.844	133.249	107.825
Ativo disponível para venda (Nota 9)	-	504.002	-	504.002
Outros ativos circulantes	201.869	161.066	397.446	351.817
TOTAL DO CIRCULANTE	6.246.457	7.550.072	14.593.869	15.483.297
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos com empresas ligadas (Nota 10)	-	-	260.653	332.679
Depósitos, cauções e outros	88.561	88.218	456.515	448.875
Impostos a recuperar (Nota 8)	553.006	553.770	612.471	616.297
Total do Realizável a Longo Prazo	641.567	641.988	1.329.639	1.397.851
Investimentos em controladas (Nota 11)	10.520.786	10.443.000	-	-
Imobilizado (Nota 12)	7.608.170	7.598.963	14.520.433	14.624.201
Intangível (Nota 13)	9.532.172	9.531.739	12.398.817	12.425.499
	27.661.128	27.573.702	26.919.250	27.049.700
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	28.302.695	28.215.690	28.248.889	28.447.551
TOTAL DO ATIVO	34.549.152	35.765.762	42.842.758	43.930.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.
Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores (Nota 14)	534.603	566.982	2.489.032	2.962.395
Empréstimos e financiamentos (Nota 15 e 16)	3.870.767	4.342.593	4.585.704	4.966.198
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 18)	315.553	375.600	1.090.844	1.205.167
Débito com terceiros para investimentos (Nota 20)	28.427	45.746	28.427	45.746
Outros passivos circulantes	452.902	509.482	276.593	332.208
TOTAL DO CIRCULANTE	5.202.252	5.840.403	8.470.600	9.511.714
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15 e 16)	6.917.276	6.679.915	10.577.036	10.217.156
Debêntures conversíveis (Nota 17)	3.462.212	3.462.212	3.462.212	3.462.212
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 18)	-	-	308.482	317.633
Débito com terceiros para investimentos (Nota 20)	4.208	5.144	4.208	5.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21)	372.084	390.774	873.264	1.003.050
Provisão para contingências (Nota 19)	138.110	136.002	324.058	321.660
Débitos com empresas ligadas (Nota 10)	891.749	1.532.002	-	-
Outros passivos não circulantes	44.053	124.939	288.471	397.430
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.829.692	12.330.988	15.837.731	15.724.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22)				
Capital social	18.046.067	18.046.067	18.046.067	18.046.067
Transações de capital	(9.947)	(9.949)	(9.947)	(9.949)
Reserva de capital	445.377	500.775	445.377	500.775
Reserva de reavaliação	105.362	106.814	105.362	106.814
Reservas de lucros	1.337.564	1.337.564	1.337.564	1.337.564
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.817)	(1.719)	(1.817)	(1.719)
Ajustes acumulados de conversão	(2.553.818)	(2.385.181)	(2.553.818)	(2.385.181)
Lucros acumulados	148.420	-	148.420	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores	17.517.208	17.594.371	17.517.208	17.594.371
Participação dos acionistas não controladores	-	-	1.017.219	1.100.478
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.517.208	17.594.371	18.534.427	18.694.849
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.549.152	35.765.762	42.842.758	43.930.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do período	146.968	99.359	89.925	64.037
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	(98)	1.952	(98)	1.952
Ajuste acumulado de conversão em controladas	17.336	38.581	17.336	38.581
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(185.973)	(87.944)	(185.973)	(87.944)
Total do resultado abrangente do período	(21.767)	51.948	(78.810)	16.626
Total do resultado abrangente do período atribuível a:				
Acionistas da Companhia	(21.767)	51.948	(48.221)	10.715
Não controladores	-	-	(30.589)	5.911
	(21.767)	51.948	(78.810)	16.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Para expansão						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.046.067	(9.949)	500.775	106.814	7.768	1.329.796	(1.719)	(2.385.181)	-	17.594.371	1.100.478	18.694.849
Transações de capital	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Ações em tesouraria	-	-	(55.398)	-	-	-	-	-	-	(55.398)	-	(55.398)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.452)	-	-	-	-	1.452	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	(98)	-	-	(98)	-	(98)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	17.336	-	17.336	-	17.336
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(185.973)	-	(185.973)	-	(185.973)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	146.968	146.968	(57.043)	89.925
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.216)	(26.216)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	18.046.067	(9.947)	445.377	105.362	7.768	1.329.796	(1.817)	(2.553.818)	148.420	17.517.208	1.017.219	18.534.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	146.968	99.359	146.968	99.359
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	97.270	74.445	311.161	308.088
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.128	3.685	7.851	8.228
. Resultado de equivalência patrimonial	(195.505)	(177.023)	-	-
. Resultado das operações descontinuadas	-	(12.246)	-	(12.246)
. Lucro na venda de imobilizado	(1.525)	(3.864)	(1.863)	(4.720)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.725)	(332)	(112.360)	(29.645)
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	86.527	503.931	164.524	326.722
. Provisão para contingências	2.108	-	2.692	(742)
	120.246	487.955	518.973	695.044
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em contas a receber	33.627	(164.829)	31.632	(106.338)
Redução (aumento) nos estoques	44.596	(29.312)	(105.371)	(116.762)
Aumento de impostos a recuperar	(76.027)	(40.995)	(84.412)	(71.800)
Aumento em outros ativos circ. e não circulantes	(46.039)	(199.026)	(90.819)	(139.352)
Redução (aumento) de créditos com empresas ligadas	-	-	68.268	(155)
Redução (aumento) de ativos biológicos	-	-	(10.642)	(13.372)
Aumento (redução) com fornecedores	(33.372)	(420.139)	(430.175)	(104.979)
Redução em outros passivos circ. e não circulantes	(217.471)	(373.451)	(264.225)	(531.542)
Aumento (redução) em débitos com empresas ligadas	(87.495)	1.115.009	-	-
Recebimento pelo distrato Inalca JBS	504.002	-	504.002	-
Redução na participação dos acionistas não controladores	-	-	(57.043)	(34.761)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	(72.655)	32.472
	242.067	375.212	7.533	(391.545)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	(104.355)	(33.003)	(315.305)	(224.350)
Adições nos investimentos em controladas	(552.356)	(2.825.911)	-	(1.536)
Efeito líquido do capital de giro de empresa adquirida	-	-	-	(125.546)
	(656.711)	(2.858.914)	(315.305)	(351.432)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	1.381.281	1.428.781	2.727.498	5.656.060
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.739.270)	(1.896.484)	(2.860.053)	(7.001.546)
Aquisição de ações de emissão própria	(55.398)	-	(55.398)	-
	(413.387)	(467.703)	(187.953)	(1.345.486)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes				
	-	-	(21.573)	12.940
Varição líquida no período	(828.031)	(2.951.405)	(517.298)	(2.075.523)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.000.649	4.097.027	4.074.574	5.067.530
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.172.618	1.145.622	3.557.276	2.992.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.372.684	2.652.216	15.186.861	12.573.384
Outras receitas	2.159	3.707	(6.034)	14.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.128)	(3.685)	(7.851)	(8.228)
	3.373.715	2.652.238	15.172.976	12.579.276
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.868.575)	(1.517.497)	(7.919.552)	(6.251.134)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(539.505)	(291.672)	(4.730.729)	(3.649.633)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	22.969	53.956
Outras	-	-	1.456	198
	(2.408.080)	(1.809.169)	(12.625.856)	(9.846.613)
Valor adicionado bruto	965.635	843.069	2.547.120	2.732.663
Depreciação e Amortização	(97.270)	(74.445)	(311.161)	(308.088)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	868.365	768.624	2.235.959	2.424.575
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	195.505	177.023	-	-
Receitas financeiras	694.388	402.607	821.970	607.162
Outras	1.879	797	908	11.559
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.760.137	1.349.051	3.058.837	3.043.296
Resultado de operação descontinuada	-	12.246	-	49.242
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.760.137	1.361.297	3.058.837	3.092.538
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	255.194	230.235	1.195.235	1.310.701
Benefícios	47.246	35.964	83.718	293.601
FGTS	18.293	15.158	20.181	17.132
	320.733	281.357	1.299.134	1.621.434
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	113.597	90.309	238.886	145.664
Estaduais	177.119	131.193	246.144	185.195
Municipais	552	657	788	862
	291.268	222.159	485.818	331.721
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	973.333	742.750	1.160.128	952.024
Aluguéis	14.388	5.990	19.170	7.181
Outras	13.447	9.682	4.662	79.145
	1.001.168	758.422	1.183.960	1.038.350
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	146.968	87.113	146.968	87.113
Participação de minoritários nos lucros retidos	-	-	(57.043)	(35.322)
	146.968	87.113	89.925	51.791
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.760.137	1.349.051	3.058.837	3.043.296
Resultado de operação descontinuada	-	12.246	-	49.242
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.760.137	1.361.297	3.058.837	3.092.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("Companhia" ou "JBS") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, beneficiamento de couros, industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas, reciclagem, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos Estados de São Paulo, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Tocantins e Bahia.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e um terminal de contêineres para exportação na cidade de Santos.

A Companhia se utiliza de operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

A Companhia tem forte atuação no ramo de atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçados e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de dezenove unidades industriais próprias, três unidades arrendadas e sete unidades prestadoras de serviços localizadas nos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Maranhão, Pará, Tocantins, Goiás e Rio Grande do Sul.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho - Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e venda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos para abate.

A controlada Biolins Energia S.A. (Biolins), localizada no município de Lins, Estado de São Paulo, tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, cogeração de energia e armazenamento de água quente para calefação, com autorização do Poder Público competente.

A controlada Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaiçara, Estado de São Paulo, tem como atividades a exploração, industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor protéico mínimo de 99%, sendo a maior empresa do mundo em produção e venda de fibra natural de colágeno. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para continentes como Europa, América, Ásia e Oceania.

A controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (Vigor) com sede na cidade de São Paulo tem como objetivo industrializar e comercializar laticínios em geral, leite "in natura" e derivados e também no refino, na industrialização e na comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. A Vigor, mediante concessão de registro pelo "Foods and Drug Administration - FDA", está credenciada a exportar para os Estados Unidos da América, sendo que esse registro autoriza a exportação de toda a sua linha de produção.

Em dezembro de 2009, a Vigor incorporou as Companhias Leco de Produtos Alimentícios (Leco) e Laticínios Serrabella Ltda (Serrabella), com as seguintes operações:

- i) Leco: A atividade consiste no refino, industrialização e comercialização de óleos, derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo e iogurte. Possui unidades produtivas em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Anápolis, Estado de Goiás e Santo Inácio, Estado do Paraná. Atua no mesmo mercado da Vigor, como grandes redes, food service e pequeno varejo, com maior volume de vendas concentrado na região sudeste.
- ii) Serrabella: A atividade consiste na fabricação de queijos especiais e fondue. Possui unidade produtiva em Lavras, Estado de Minas Gerais e a comercialização é feita por São Paulo, juntamente com os produtos da Vigor, com maior volume de vendas concentrado na região sudeste.

A controlada Cascavel Couros Ltda. (Cascavel), localizada no Município de Cascavel, Estado do Ceará, tem por atividade industrialização, comercialização, exportação e importação de couros, peles e seus derivados, preparo, acabamento e industrialização de estofamento e outros artefatos de couros. É especializada no beneficiamento de couros bovinos e subprodutos, dedicando-se à produção de couros nos estágios "wet blue", Semi-Acabado e acabado. A Cascavel compra o couro das unidades frigoríficas do Grupo JBS e concentra suas vendas no mercado interno, mas principalmente na exportação para Itália e Estados Unidos da América.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na Província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

Atualmente, em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de: San Jose, Colonia Caroya, Consignaciones Rurales e parcialmente em Pontevedra.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

A controlada JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e treze confinamentos. Na Austrália opera com onze frigoríficos duas fábricas de beneficiamento de se bovinos e seis confinamentos de bovinos.

A JBS USA divide a sua operação em três grandes segmentos: Beef, operando o negócio de origem bovina; Pork, operando o negócio de origem suína; e Chicken, operando o negócio de aves adquirido através da Pilgrim's Pride (PPC), ambos no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária JBS Packerland, possui quatro plantas de abate de bovinos e uma unidade de confinamento de bovinos, e a Five Rivers, atualmente JBS Five Rivers, possui onze unidades de confinamento de bovinos.

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Pittsburgh, Texas, Estados Unidos da América, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoiadas por 32 fábricas de rações, quarenta e uma incubadoras, onze instalações de processamento adicional, e três instalações de fábrica de rações, nos Estados Unidos da América e México.

Na JBS USA, a subsidiária Sampco, Inc. (Sampco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada, da América do Sul e a revenda, desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Sampco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovinas, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os Mercados Europeu, Africano, Sul Americano, Holandês e Belga, comercializando carne cozida, dentre outros produtos. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A controlada direta CJSC Prodcontract (Prodcontract) é uma empresa localizada na Rússia, importadora e distribuidora de carne in natura resfriada e congelada para o mercado Russo, figura entre as três maiores importadoras de carne do mercado Russo.

A controlada indireta Bertin Paraguay S.A (Bertin Paraguay), localizada em Assunção, Paraguai, abate e processa carnes bovinas congeladas, resfriadas e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados. Em julho de 2009 a Bertin Paraguay incorporou uma nova planta, denominada San Antonio, que entrou em operação no segundo semestre de 2010.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carnes bovinas "in natura" para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso, miúdos, vendidos principalmente para o mercado local.

A controlada indireta EGYGATE Distribution (EGYGATE), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta MIRS Cold Centers and Storage (MIRS Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de frutas e carnes.

A controlada indireta RIGAMONTI Salumificio SpA (RIGAMONTI), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e vendas de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a RIGAMONTI produz e vende carne de beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido principalmente para o mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores.

A controlada indireta PROMETEX SAM (PROMETEX), localizada em Múnico, comercializa principalmente cortes bovinos "in-natura" congelados, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS para venda no mercado Russo e Egípcio.

A controlada JBS Itália s.r.l. (JBS Itália), localizada na cidade de Arzignano, Itália, atua no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado externo europeu, produzindo couros nos estágios semi acabado e acabado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

O CPC 21 / IAS 34 – Demonstrações intermediárias estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.

Embora considere os termos do CPC 21 / IAS 34 – Demonstrações intermediárias, a Companhia está divulgando o conjunto completo de demonstrações contábeis em suas demonstrações intermediárias trimestrais, em conformidade com os requisitos do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis interinas da Companhia foram preparadas para os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010 e estão de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Demonstrações contábeis individuais (controladora)

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes.. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3(R)/CPC 15 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo, na nota explicativa 23 apresentamos a conciliação da receita líquida. É reconhecida no resultado do

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens;
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todos os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o cliente. A Companhia e suas controladas baseiam suas expectativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à seleção da taxa de juros, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

d) Contas a receber

As contas a receber de cliente correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e a eventual provisão para impairment, quando necessário. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela eventual provisão de crédito de liquidação duvidosa e pela eventual provisão de impairment, caso exista indícios de redução do valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

g) Ativo biológico

De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como, cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market - MtM" cujo efeito deverá ser registrado no resultado do exercício.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro do custo dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado, vide nota 7.

h) Investimentos - controladora

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulado de conversão.

i) Imobilizado

De acordo com o IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de contabilidade, uma entidade pode optar por mensurar um item do imobilizado na data de transição para o IFRS pelo seu valor justo "Fair Value" e usar esse valor justo como seu custo presumido nessa data.

Dessa forma, o ativo imobilizado está registrado a "fair value", demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis a aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (impairment). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio e, posteriormente, aos outros ativos, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

k) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

m) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

o) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

p) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

q) Participação dos não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como, serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

r) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas definidas pelo IFRS a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre o saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

t) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo JBS. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América pela JBS USA e suas subsidiárias apresentam diferenças em relação às práticas contábeis internacionais - IFRS, e foram devidamente ajustadas, conforme abaixo:

Estoque: Diferença de metodologia de avaliação de estoque de produtos acabados, pois de acordo com o USGAAP, permite-se que sejam efetuadas valorizações a mercado. No entanto, segundo o IAS 2/CPC 16 - Estoques, tal procedimento é vedado sendo requerido a valorização de produtos acabados pelo método de custo (custo líquido de realização (NRV)). A diferença de prática em questão acarretou em um ajuste de R\$ 18.974 no grupo de contas de Custo das Mercadorias Vendidas, pois trata-se de um efeito do período.

Impostos diferidos: Em virtude das diferenças de prática supra mencionadas, a Companhia apurou Impostos diferidos com reflexos no resultado do exercício no montante de R\$ 7.258 de acordo com a competência originada pelos ajustes de GAAP.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

u) Conversão de moedas estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional adotada pela Companhia é o Real (R\$). Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicado a Companhia não possui investimentos em países hiperinflacionárias.

v) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

w) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Caixa e equivalente de caixa".

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com pessoas ligadas".

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio.

x) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3/CPC 15 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

y) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

z) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

aa) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ab) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira e avaliação patrimonial em investimentos.

Embora seja uma informação obrigatória somente nas demonstrações anuais, a Companhia apresenta nas demonstrações trimestrais interinas como informação suplementar.

ac) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Embora seja uma informação obrigatória somente nas demonstrações anuais, a Companhia apresenta nas demonstrações trimestrais interinas como informação suplementar.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Caixa e bancos	856.142	825.171	1.673.631	1.876.666
CDB - DI	1.041.773	1.810.529	1.056.958	1.826.496
Fundos de investimentos	171.335	264.681	723.319	271.144
Títulos públicos - LTN	103.368	100.268	103.368	100.268
	2.172.618	3.000.649	3.557.276	4.074.574

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Aplicações em títulos públicos – LTN são ativos de renda fixa.

Fundos de Investimentos - Controladora

A Companhia é cotista nos fundos de investimentos Novo Eldorado Fundo de Investimento Multimercado (Fundo Novo Eldorado) e no Ediom Fundo de Investimento Multimercado (Fundo Ediom), ambos destinados a investimentos qualificados, cujas aplicações em 31 de março de 2011 são de R\$ 15.609 e R\$ 155.726 (R\$ 112.938 e R\$ 151.743 em 31 de dezembro 2010), respectivamente. As referidas aplicações correspondem a instrumentos financeiros classificados como títulos em negociação.

Em 31 de março de 2011, a composição da carteira desses fundos é de aproximadamente 82,1% de investimento em títulos públicos federais com atualização pela variação da Selic, e do restante somente 1,3% referem-se a investimento em instrumentos financeiros derivativos. Segue abaixo composição dos Patrimônios Líquidos e Nocional dos fundos de investimentos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	31.03.11		31.12.10	
	Patrimônio Líquido	Nocional (a)	Patrimônio Líquido	Nocional (a)
Fundo Novo Eldorado	15.609	8.115	112.938	3.283.794
Fundo Ediom	155.726	32.025.016	151.743	48.580.653

(a) - O Nocional contábil, extraído das demonstrações dos respectivos fundos, contempla a soma das posições compradas e vendidas, sem considerar o efeito líquido entre essas posições.

Segue posição do efeito do Nocional, demonstrando a abertura por mercadoria na BM&F Bovespa e o efeito líquido entre posições compradas e vendidas na data-base de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Fundo Novo Eldorado

	31.03.11	31.12.10
Futuros (Bovespa, Boi futuro, Moeda e Juros)		
Posições Compradas	-	3.179.831
Posições Vendidas	8.115	103.963
Efeito líquido - Futuros	(8.115)	3.075.868

Riscos relacionados ao Fundo Novo Eldorado

Os riscos aos quais o fundo está exposto estão alinhados com as políticas do fundo e enquadrados nos limites de VaR (Value at Risk), "stop loss" e alavancagem aprovados com o cotista. O VaR é calculado para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Em 31 de março de 2011 o VaR - Value at Risk para o Fundo Novo Eldorado é de R\$17 (R\$ 4.500 em 31 de dezembro de 2010).

Fundo Ediom

	31.03.11	31.12.10
Opções (Moedas e Juros)		
Posições Compradas	15.650.700	14.081.403
Posições Vendidas	15.747.725	14.033.125
Efeito líquido - opções	(97.025)	48.278
Futuros (Bovespa, Boi futuro, Moeda e Juros)		
Posições Compradas	83.258	323.521
Posições Vendidas	543.334	142.604
Efeito líquido - Futuros	(460.076)	180.917
EFEITO líquido - Opções e Futuros	(557.101)	229.195

Riscos relacionados ao Fundo Ediom

O efeito líquido de opções sobre índices de juros resume-se a 48.500 contratos de posições lançadas (vendidas) contra 48.500 contratos de posições titulares (compradas).

O efeito líquido de opções sobre moedas resume-se a 1.050 contratos de posições lançadas (vendidas) contra 1.050 contratos de posições titulares (compradas).

Os riscos aos quais o fundo está exposto estão alinhados com as políticas do fundo e enquadrados nos limites de VaR (Value at Risk), "stop loss" e alavancagem aprovados com o cotista. O VaR é calculado para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Em 31 de março de 2011 o VaR - Value at Risk para o Fundo Ediom é de R\$ 454 (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2010).

Fundo de investimentos - Consolidado

Está composto principalmente por investimentos, oriundos do recebimento do distrato da Inalca, da controlada direta JBS Áustria, em fundo de investimento mútuo, cuja administração e gestão é realizada pelo JP Morgan.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Duplicatas a vencer	1.377.759	1.333.676	3.485.463	3.131.962
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	112.183	164.516	249.910	554.860
De 31 a 60 dias	46.158	80.638	77.744	198.192
De 61 a 90 dias	36.768	49.333	54.623	68.467
Acima de 90 dias	160.652	154.063	244.683	224.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(110.629)	(109.497)	(143.144)	(142.074)
	245.132	339.053	483.816	904.142
	1.622.891	1.672.729	3.969.279	4.036.104

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros , segue a movimentação da PCLD:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Saldo inicial	(109.497)	(123.602)	(142.074)	(153.178)
(+) Adições	(1.132)	(7.180)	(7.851)	(16.498)
(+) Variação Cambial	-	-	468	71
(-) Baixas	-	21.285	6.313	27.531
Saldo final	(110.629)	(109.497)	(143.144)	(142.074)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Produtos acabados	599.155	618.073	2.610.996	2.677.930
Produtos em processo	132.464	181.574	935.959	867.956
Matéria-prima	222.805	198.246	740.621	689.344
Almoxarifado	110.452	111.579	233.338	241.704
	1.064.876	1.109.472	4.520.914	4.476.934

7 Ativos biológicos

	Consolidado	
	31.03.11	31.12.10
Gado	385.140	385.201
Porco e Cordeiro	32.796	29.044
Frango	1.279	1.250
Culturas temporárias em formação	971	1.533
	420.186	417.028

Movimentação ativo biológico no trimestre

Saldo em 31.12.10	417.028
Nascimento	6
Morte	(318)
Market to market	(16.021)
Venda	(385.295)
Compra	414.142
Variação cambial	(8.966)
Apropriação de custos das culturas temporárias	652
Consumo interno para (ração) das culturas temporárias	(1.042)
Saldo em 31.03.11	420.186

Os ativos biológicos são compostos basicamente por animais vivos, em sua maioria, em confinamento, os quais permanecem em média um período de 90 há 120 dias confinados até atingir a maturidade e conseqüentemente, envio para as unidades de abate. Por este motivo, os mesmos estão classificados no grupo de conta de ativos circulantes.

De acordo com os requerimentos do IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como: cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado “Mark to Market - MtM”, no mínimo durante os encerramentos trimestrais e de exercício, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado do período ou exercício. No entanto, a norma evidencia que, para os casos em que não há mercado ativo, como os apresentados pela empresa JBS USA, uma ou mais das seguintes alternativas para a determinação do valor justo deverá ser adotada:

- o preço de mercado da transação mais recente, considerando que não tenha havido nenhuma mudança significativa nas circunstâncias econômicas entre a data da transação e a de encerramento das demonstrações contábeis;
- preços de mercado de ativos similares com ajustes para refletir diferenças;
- padrões do setor, tais como o valor de pomar expresso pelo valor de embalagem padrão de exportação, alqueires ou hectares, e o valor de gado expresso por quilograma ou arroba de carne.

Há uma premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser determinado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para estimá-los não são claramente confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	31.03.11	31.12.10
Gado	341.012	282.481
Porco e Cordeiro	32.796	29.044
Frango	1.279	1.250
Total de ativo biológico avaliado a custo	375.086	312.775

Conforme mencionado anteriormente, parte dos ativos biológicos da empresa JBS USA não serão valorizados a mercado, adotando-se os procedimentos de valorização pelo custeio por absorção, ajustados pela transação mais recente, item (a).

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino em sistema de confinamento;

Porco e Cordeiro – A controlada da JBS USA na Austrália mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento;
Para fins de porco, cordeiro e gado, não há mercado ativo independente, pois existem poucos concorrentes no mercado.

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frango, no entanto, em virtude do período de “maturação”, que compreende o período entre o ovo até o momento do abate, ser inferior a 45 dias, o custo se aproxima do valor justo (item 24 CPC 29 Ativo Biológico).

EMPRESAS NO BRASIL	31.03.11	31.12.10
Gado	38.690	92.013
Culturas temporárias em formação	972	1.533
Total de ativo biológico avaliado a mercado	39.662	93.546

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades no Brasil são representadas principalmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos dos bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela administração.

EMPRESA NA ARGENTINA	31.03.11	31.12.10
Gado	5.438	10.707
Total de ativo biológico avaliado a mercado	5.438	10.707

As operações relativas aos ativos biológicos das atividades na Argentina são representados integralmente por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
ICMS / IVA / VAT / GST	1.034.677	997.994	1.224.353	1.189.408
IPI	58.606	58.113	117.947	117.211
PIS e COFINS	493.663	445.680	608.029	554.761
IRRF	43.967	79.783	49.244	180.253
Outros	87.557	60.510	208.417	89.677
	1.718.470	1.642.080	2.207.990	2.131.310
Desmembramento:				
Ativo circulante	1.165.464	1.088.310	1.595.519	1.515.013
Ativo não circulante	553.006	553.770	612.471	616.297
	1.718.470	1.642.080	2.207.990	2.131.310

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

Com base em estudos realizados pela Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, os referidos créditos de ICMS foram segregados quanto à sua realização, de circulante para não circulante, no montante de R\$ 553.006 no consolidado, realizados no período findo em 31 de março de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados na Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R\$ 147.757 desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$28.986 permanecendo um saldo remanescente, registrado no ativo não circulante, de R\$118.771.

9 Ativo disponível para venda e operação descontinuada

Inalca JBS SpA

Em 7 de julho de 2010, a JBS S.A. ajuizou uma medida cautelar na Justiça Italiana, objetivando discutir assuntos pendentes de Governança Corporativa com o Grupo Cremonini, de quem em 22 de dezembro de 2007 a JBS adquiriu 50% da Inalca, formando a Inalca JBS (que representava em 31 de março de 2010 a participação de 2,8% da receita consolidada da JBS).

Os assuntos pendentes correspondiam, principalmente, ao não cumprimento de determinadas cláusulas contratuais, relacionadas a (i) acesso completo à formação dos números financeiros e às instalações da Inalca JBS e suas subsidiárias, por parte dos membros do conselho de Administração indicados pela Companhia (incluindo o Presidente do Conselho) e (ii) o cumprimento da cláusula contratual que delega à Companhia a nomeação do Diretor Administrativo e Financeiro da Inalca JBS, e o pleno exercício de suas atividades, bem como os diretores administrativos financeiros de quaisquer subsidiárias da Inalca JBS e suas subsidiárias, e o pleno exercício de suas atividades, (iii) - pleno funcionamento do Órgão de Auditoria Interna.

Em 2 de agosto de 2010, foi protocolado na ICC (Câmara de Comércio Internacional) em Paris (França), pedido de intervenção pela Câmara para determinar o cumprimento dos citados assuntos pendentes de Governança Corporativa na Inalca JBS.

A impossibilidade de exercer algumas funções de controle garantidas por cláusulas contratuais válidas no âmbito de Governança Corporativa da Inalca JBS gerou dúvidas quanto a qualidade e credibilidade da formação das informações contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis da Inalca JBS.

Em 4 de março de 2011, a Companhia e o Grupo Cremonini assinaram um "Termination Agreement" (Distrato), pondo fim a sua participação de 50% da Companhia no capital da Inalca JBS, de acordo com o Distrato, as ações que representam 50% do capital social da Inalca JBS foram devolvidas e o Grupo Cremonini reembolsou 218.855 mil Euros (R\$ 504.002) investidos pela Companhia em 2008. Como parte deste distrato, a Companhia e o Grupo Cremonini concordaram abandonar definitivamente todas as ações judiciais relativas às empresas, aos dirigentes e aos empregados.

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia estimou que o referido distrato resultaria em uma perda, considerando os eventuais efeitos tributários, de aproximadamente de R\$ 16.839 (sendo R\$ 25.514 de perda e impostos diferidos de R\$ 8.675), considerando a baixa do saldo contábil do saldo do investimento, ágio (intangível), débito a pagar à Cremonini e variação cambial sobre o investimento registrada no patrimônio líquido atualizado até 31 de dezembro de 2010.

Devido ao fato do investimento ter sido definitivamente baixado durante o primeiro trimestre de 2011, para fins de comparabilidade a Companhia decidiu por reclassificar o investimento de Inalca JBS em 31 de dezembro de 2010 como Ativo disponível para venda e operação descontinuada, permitindo aos leitores e usuários melhor comparabilidade das demonstrações contábeis.

* Conciliação do ativo disponível para venda (corresponde ao valor do investimento, igual à participação do PL da investida)

Patrimônio líquido da Inalca JBS:	928.188
Participação - 50%	464.094
Provisão Registrada em dez.10:	(25.514)
Ágio sobre investimento	65.422
Ativo Disponível para Venda	504.002

* Conciliação da operação descontinuada (corresponde ao valor da equivalência, igual à participação do resultado da investida)

Resultado da Inalca JBS:	24.492
Participação - 50%	12.246
Operação descontinuada	12.246

Atendendo aos requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia estabeleceu a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas, destacando abaixo as seguintes informações sobre o referido investimento descontinuado, considerando apenas o percentual de participação, utilizadas para contabilização na data-base de 31 de dezembro de 2010.

Informações contábeis da Inalca JBS em 31 de março de 2010, últimas demonstrações consolidadas pela Companhia.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

a) Balanço Patrimonial da Inalca JBS

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	26.045	Fornecedores	159.014
Contas a receber de clientes	151.815	Empréstimos e financiamentos	304.351
Estoques	173.681	Outros passivos circulantes e não circulantes	105.633
Imposto a recuperar	20.519		
Outros ativos circulantes e não circulantes	34.387		
Imobilizado	595.142	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	464.094
Intangível	31.503		
TOTAL DO ATIVO	1.033.092	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.033.092

b) Demonstração de Resultado da Inalca JBS

Receita operacional líquida	342.970
Custo dos produtos vendidos	(302.018)
LUCRO BRUTO	40.952
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(26.159)
Resultado financeiro líquido	2.839
Demais (despesas) receitas	(514)
Imposto de renda e contribuição social	(4.872)
LUCRO LÍQUIDO	12.246

Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)

Resultado antes da provisão para IR/CS	17.679
Resultado financeiro líquido	(2.839)
Depreciação e amortização	10.846
VALOR EBITDA	25.686

c) Sumário da Demonstração de Fluxo de Caixa da Inalca JBS

Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.678
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(31.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	3.468
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	(1.159)
Variação líquida de caixa	(3.101)
Caixa e equivalentes de caixa em 31.12.09	29.146
Caixa e equivalentes de caixa em 31.03.11	26.045

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

10 Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Taxa anual	31.03.11	31.12.10
				Contratos de mútuo	Contratos de mútuo
Controladas diretas					
Mouran Alimentos Ltda.	R\$	13/9/2011	CDI + 12%	45.947	43.883
JBS Confinamento Ltda.	R\$	1/4/2011	CDI + 4%	126.544	142.169
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R\$	16/8/2012	CDI + 12%	56.027	54.862
JBS Global A/S (Dinamarca)	R\$	16/8/2012	CDI + 12%	-	(1.308)
JBS Argentina	Pesos	-	-	49.355	-
JBS USA, Inc	US\$	16/8/2011	Libor + 2,5%	(1.004.465)	(1.538.772)
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	EURO	12/3/2012	4,50%	(36.348)	(36.771)
S.A. Fabrica de Prod. Alimentos Vigor	R\$	31/12/2011	CDI	(144.359)	(215.539)
Cascavel Couros Ltda	R\$	31/12/2011	CDI + 12%	(31.793)	(25.131)
Novaprom Food Ingredients Ltda	R\$	31/12/2011	CDI + 6%	5.686	11.350
Biolins Energia Ltda	R\$	31/12/2011	CDI + 12%	82.777	78.179
Controladas indiretas					
JBS Global Beef Company Lda.	EURO	31/12/2011	Libor + 2%	(38.274)	(39.156)
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	R\$	24/1/2011	CDI + 4%	86.080	82.911
Beef Snacks International BV	EURO	31/12/2012	Libor + 2% a 3%	3.623	3.649
JBS HU Ltd	EURO	19/5/2011	12%	(96.216)	(96.018)
Bertin Paraguay	US\$	21/7/2011	Libor + 5%	3.667	3.690
				(891.749)	(1.532.002)

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço como clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	31.03.11		31.12.10	
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contas a receber de clientes	Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Confinamento Ltda.	492	11.572	618	43.544
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	415	1.764	268	1.583
JBS USA, Inc	467	-	90	-
JBS Itália SRL	9.735	-	14.932	-
S.A. Fabrica de Prod. Alimentos Vigor	12.588	24	14.841	18
Cia Leco de Prod. Alimentos	21	-	29	-
Cascavel Couros Ltda	31.746	775	24.208	395
Novaprom Food Ingredients Ltda	1.388	402	1.146	163
Biolins Energia Ltda	713	2.209	866	2.201
Controladas indiretas				
JBS Global Beef Company Lda.	48	-	48	-
JBS Global (UK) Limited	25.873	-	22.089	-
JBS Argentina S.A.	-	1.225	-	4.186
Global Beef Trading SU Lda.	6.662	1	2.825	1
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	-	-	1	-
JBS Leather Europe	-	-	8.579	-
Austrália Meat	-	93	-	10
Toledo International NV	15.944	788	13.036	-
Weedel Limited	2.237	-	4.096	-
Sampco Inc.	11.396	-	24.978	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	372	-	705
Rigamonti Salumificio Spa	5.631	-	1.629	-
Itaholb International	1.103	173	4.470	-
Wonder Best Holding Company	14.433	-	19.069	-
Trump Asia Enterprise Ltd	10.615	-	10.790	-
Trustful Leather	5.580	-	6.510	-
Bertin Paraguay	21	-	22	-
Outras partes relacionadas				
JBS Agropecuária Ltda.	151	666	502	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	4.805	899	6.350	689
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	774	87	730	87
	162.838	21.050	182.722	53.582

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	31.03.11			31.03.10		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	2.064	-	-	503	-	-
JBS Confinamento Ltda.	4.469	78.351	397	2.343	12.673	259
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	2.503	7.630	710	2.070	10.029	-
JBS Global A/S	(10.691)	-	4.189	-	-	-
JBS USA, Inc	-	-	-	(497)	986	1.427
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(410)	-	-	(10.775)	-	-
JBS Itália SRL	-	-	12.268	-	-	-
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	(9.067)	36	22.062	-	13	-
Cascavel Couros Ltda	(1.473)	574	60.358	-	6.673	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	448	548	2.499	-	402	-
Biolins Energia Ltda.	4.732	3.581	708	-	4.141	-
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	25.705	-	-	13.951
JBS Argentina S.A	-	2.783	-	-	2.219	-
The Tupman Thurlow Co.	-	-	-	195	-	6.293
Global Beef Trading SU Ltda.	-	-	37.964	-	448	7.589
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	2.969	-	-	2.230	8	-
Beef Snacks International	1	-	-	84	-	-
JBS HU Ltd	(14)	-	-	(2.640)	-	-
Swift & Company Trade Group	-	-	-	-	-	124
Australia Meat	-	3.514	-	-	-	-
Toledo International BV	-	-	28.399	-	-	-
JBS Leather Europe	-	-	1.807	-	-	-
Weedel Limited	-	-	2.409	-	-	-
Sampco Inc.	-	-	8.746	156	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	1.952	-	-	939	-
Rigamonti Salumificio Spa	-	-	8.219	-	-	-
Wonder Best Holding Company	-	-	6.817	-	-	-
Trump Asia Enterprise Ltd	-	-	5.806	-	-	-
Trustful Leather	-	-	9.393	-	-	-
Bertin Paraguay	48	-	2	83	-	-
Itaholb International	-	-	422	-	-	-
Outras partes relacionadas						
JBS Agropecuária Ltda.	-	705	467	-	457	137
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	-	12.160	-	179	9.710
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	2	704	-	-	-
	(4.421)	99.676	252.211	(6.248)	39.167	39.490

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US\$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas com as captações de recursos de instituições financeiras.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado de abate entre a Companhia e as controladas JBS Agropecuária e JBS Confinamento e operação de venda de couro para a controlada Cascavel. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido pelas controladas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de mútuo incidem variação cambial e juros, quando aplicável.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Contrato de compra e venda com a JBS USA

Em 21 de dezembro de 2009, a Companhia e a JBS USA celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia por um preço de compra total de US\$2 bilhões. A porcentagem de ações ordinárias a serem emitidas e vendidas será igual a US\$2 bilhões dividida pela avaliação de patrimônio em dólares norte-americanos da JBS USA, com base no número de ações imediatamente antes da abertura de capital da JBS USA (o "IPO da JBS USA"), porém calculada com base no preço por ação do IPO da JBS USA, multiplicada por 100. Como resultado desse contrato de compra e venda, a Companhia deterá participação de 20% a 25% da JBS USA, e a participação restante será mantida pela Companhia indiretamente por meio da JBS Hungary Holdings Kft.

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 260.653 em 31 de março de 2011 (R\$ 332.679 em 31 de dezembro de 2010), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

O montante R\$ 207.185 (R\$ 280.772 em 31 de dezembro de 2010) referente a utilização de parte da linha de crédito de US\$ 200 milhões, sobre a qual incide juros, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2011.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R\$ 53.468 (R\$ 51.907 em 31 de dezembro de 2010) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	31.03.11	31.12.10
Beef Snacks do Brasil Ltda.	43.040	41.456
Beef Snacks International BV.	3.755	3.666
Jerky Snack Brands, Inc.	6.673	6.785
	53.468	51.907

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos períodos findos em 31 de março de 2011 e dezembro de 2010:

	Membros	31.03.11	31.12.10
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	15	1.995	5.038
	15	1.995	5.038

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Jurídico, Administrativo e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

11 Investimentos em controladas

	Controladora	
	31.03.11	31.12.10
Investimentos em controladas	8.967.829	8.890.450
Ágio	1.552.957	1.552.550
	10.520.786	10.443.000

Informações relevantes sobre as controladas nos períodos findos em 31 de março de 2011:

	Quantidade de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10.002	99,00%	2	30.586	(1.118)
JBS Global Investments S.A.	93.000	100,00%	151.649	61.977	(12.056)
JBS Holding Internacional S.A.	960.514	100,00%	960.514	272.382	(45.342)
JBS Global A/S (Dinamarca)	1.250	100,00%	463.875	94.220	(2.578)
Mouran Alimentos Ltda.	120	100,00%	120	(36.312)	(2.064)
JBS USA, Inc.	0,1	100,00%	4.386.630	6.655.463	260.661
JBS Confinamento Ltda.	415.001	100,00%	415.001	381.500	(20.159)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	0,001	100,00%	52.523	159.221	(2.803)
JBS Italia S.R.L.	7483	100,00%	17.307	12.041	(7)
CJSC Prodcontract	10	70,00%	-	(15.391)	4.265
JBS Austria Holding Ltda	0,1	100,00%	513.276	506.120	-
Bertin Holding GMBH	96	100,00%	81	216.376	19.079
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	792	60,00%	792	1.303	(1.450)
Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A.	165.447	99,06%	104.031	254.522	4.247
Cascavel Couros Ltda	265.127	100,00%	240.861	291.381	1.928
Biolins Energia S.A.	10.672	100,00%	43.727	34.150	(6.362)

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados na controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada). Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos.

Para detalhamento dos ágios, vide nota explicativa 13 - Intangível.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Saldo em 31.12.2010	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.03.11
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	31.387	-	-	-	(1.107)	30.280
JBS Global Investments S.A.	75.451	-	(1.698)	280	(12.056)	61.977
JBS Holding Internacional S.A.	331.706	-	-	(13.982)	(45.342)	272.382
JBS Global A/S (Dinamarca)	87.566	5.143	3.339	750	(2.578)	94.220
Mouran Alimentos Ltda.	(34.248)	-	-	-	(2.064)	(36.312)
JBS USA, Inc.	7.045.765	(501.487)	(158.576)	8.915	260.653	6.655.270
JBS Confinamento Ltda.(1)	401.659	-	-	-	(20.159)	381.500
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	162.517	-	6.193	(6.686)	(2.803)	159.221
JBS Italia S.R.L.	11.606	-	442	-	(7)	12.041
Procontract	(13.095)	-	(679)	14	2.986	(10.774)
JBS Austria Holding Ltda	-	513.276	-	(7.156)	-	506.120
Bertin Holding GMBH	163.242	33.508	285	262	19.079	216.376
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	1.652	-	-	-	(870)	782
Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	248.359	-	(411)	(26)	4.207	252.129
Cascavel Couros Ltda	289.028	425	-	-	1.928	291.381
Biolins Energia S.A.	40.512	-	-	-	(6.362)	34.150
Transf. para Outros passivos circulantes	47.343	-	-	-	-	47.086
Total	8.890.450	50.865	(151.105)	(17.629)	195.505	8.967.829

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

12 Imobilizado

Controladora	Custo	Reavaliação	Líquido		
			Depreciação acumulada	31.03.11	31.12.10
Imóveis	2.629.495	116.734	(227.993)	2.518.236	2.528.487
Terra nua e terrenos	964.094	9.352	-	973.446	969.461
Máquinas e equipamentos	3.395.272	44.672	(463.315)	2.976.629	2.958.227
Instalações	713.554	21.815	(103.457)	631.912	640.479
Equipamentos de informática	68.609	685	(41.852)	27.442	29.033
Veículos	434.035	190	(202.728)	231.497	240.422
Obras em andamento	223.892	-	-	223.892	205.346
Outros	41.199	1.247	(17.330)	25.116	27.508
	8.470.150	194.695	(1.056.675)	7.608.170	7.598.963

Consolidado	Custo	Reavaliação	Líquido		
			Depreciação acumulada	31.03.11	31.12.10
Imóveis	5.314.508	116.734	(534.023)	4.897.218	4.975.792
Terra nua e terrenos	2.218.421	9.352	(66.588)	2.161.185	2.180.248
Máquinas e equipamentos	7.031.925	44.672	(1.659.277)	5.417.320	5.513.906
Instalações	837.891	21.815	(143.125)	716.581	725.792
Equipamentos de informática	171.383	685	(102.736)	69.332	74.588
Veículos	635.477	190	(331.801)	303.866	330.674
Obras em andamento	847.636	-	-	847.636	762.612
Outros	139.090	1.247	(33.044)	107.293	60.589
	17.196.331	194.695	(2.870.594)	14.520.433	14.624.201

De acordo com IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, resultando em diferentes taxas de depreciação para cada ativo, o que dificulta a divulgação da taxa de depreciação anual para cada grupo de ativo. Devido ao exposto, anualmente é efetuado, para fins de divulgação e para prover informações adicionais aos leitores, o cálculo da média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo. Abaixo as taxas de depreciação para o período findo em 31 de março de 2011:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Taxas ponderadas anuais de depreciação	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	0,71%	0,48%
Terra nua e terrenos	0,00%	0,32%
Máquinas e equipamentos	1,30%	1,04%
Instalações	1,62%	1,52%
Equipamentos de informática	3,51%	3,02%
Veículos	3,17%	4,09%
Outros	2,04%	10,73%

Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Saldo inicial	7.598.963	7.599.627	14.624.201	14.440.634
(+/-) Capitalização de custo de empréstimos	1.031	11.990	1.031	11.990
(+) Adição	108.108	627.499	328.050	1.532.020
(-) Baixas	(3.166)	(356.961)	(30.162)	(176.544)
(-) Depreciação	(96.766)	(283.192)	(289.689)	(1.129.019)
(+) Variação Cambial	-	-	(112.998)	(54.880)
Saldo final	7.608.170	7.598.963	14.520.433	14.624.201

As despesas com depreciação são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de março de 2011, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 194.695 a reserva de reavaliação é de R\$ 105.362 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R\$ 49.704. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 39.629.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009.

Anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e registradas.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, encontram-se apresentados abaixo:

	31.03.11	31.12.10
Imobilizado em andamento	173.834	156.319
(+) custos de empréstimos capitalizados	50.058	49.027
	223.892	205.346

Teste de Impairment dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2010, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de impairment são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Ágio	9.069.926	9.069.926	11.105.177	11.097.542
Marcas e patentes	452.574	452.574	644.180	649.031
Softwares	9.672	9.239	17.384	17.666
Direito de exploração do uso da água	-	-	52.934	48.870
Carteira de clientes	-	-	575.262	608.130
Outros Intangíveis	-	-	3.880	4.260
	9.532.172	9.531.739	12.398.817	12.425.499

Movimentação do ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Saldo inicial	9.531.739	9.539.972	12.425.499	13.156.740
(+) Adição	937	-	19.173	5.016
(-) Baixas	-	(5.310)	406	(537.741)
(-) Amortização ⁽¹⁾	(504)	(2.923)	(21.392)	(87.167)
(+) Variação Cambial	-	-	(24.869)	(111.349)
Saldo final	9.532.172	9.531.739	12.398.817	12.425.499

⁽¹⁾ - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

As marcas e patentes, direito de exploração da água e o ágio possuem vida útil indefinida e o seus valores recuperáveis são testados anualmente pelo impairment

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas"

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Detalhamento do Ágio
Na Companhia - Registrados como intangível

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 - Combinações de negócios, foi alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Companhia - Registrados como investimento

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.656, apresentando um valor líquido de R\$ 657.826 em 31 de março de 2011.

Em setembro de 2007 a Companhia, através de sua incorporada Bertin, adquiriu 99,06% do capital social da S.A. Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor, tendo apurado um ágio de R\$ 860.947, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em julho de 2010 a Companhia adquiriu 70% do capital social da CJSC Prodcontract, tendo apurado um ágio de R\$ 18.140, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.044, sendo referente os seguintes investimentos:

- i) Novaprom Foods Ingredients - R\$ 12.000
- ii) Phitoderm - R\$ 4.044

No consolidado a JBS USA possui ágio no montante de US\$ 224.653 mil, que corresponde em 31 de março de 2011 a R\$ 365.892 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias, adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$14.110 mil pesos, que corresponde em 31 de março de 2011 a R\$ 5.672. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global A/S possui ágio no montante de EUR 5.191 mil, que corresponde em 31 de março de 2011 a R\$12.007 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 98.723, referentes aos seguintes investimentos:

- i) JBS Holding Inc - R\$ 19.331
- ii) Mirs Cold - R\$ 18.565
- iii) Rigamonti - R\$ 53.871
- iv) Serrabella - R\$ 1.459
- v) Wonder Best - R\$ 1.603
- vi) IFPSA - R\$ 3.894

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3/CPC 15 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R) /CPC 15 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de Impairment

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 9,3 % a 10,9% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas** – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2020 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas no período findo em 31 de março de 2011, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Commodities - Compra de gado	271.750	284.008	819.749	1.218.781
Materiais e serviços	253.831	268.059	1.417.041	1.584.807
Produtos acabados	9.022	14.915	252.242	158.807
	534.603	566.982	2.489.032	2.962.395

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda funcional do referido país de origem.

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,55% a 7,9%	1.182.999	1.304.840
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375% a 10,25%	28.513	474.978
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 3,75%	597.918	406.867
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	26.382	67.332
Nota de credito - exportação	Variação cambial e juros de 7,15%	1.190	406
EXIM - fomento à exportação	Variação cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3.764
		1.837.002	2.258.187
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 13%	55.364	54.402
FINAME	Juros de 4,5% a 13%	3.661	4.114
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	46.367	48.203
FINEM	Cestas moeda BNDES + juros 2,90%	221	245
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81% a 11,3%	417.792	387.629
BNDES automático	TJLP + Juros de 4,03%	163.934	194.170
BNDES automático	Cestas moeda + juros 3,2%	5.525	15.639
Capital de Giro - Reais	114% do CDI	178.874	141.684
NCE/COMPROR	Juros de 110% a 128,00% do CDI	1.156.175	1.232.141
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	555	615
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.741	5.008
Outros		556	556
		2.033.765	2.084.406
		3.870.767	4.342.593

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,55% a 7,9%	283.394	289.919
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375% a 10,25%	570.045	583.170
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 3,75%	904.732	907.802
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	1.940.290	1.984.683
Nota de credito - exportação	Variação cambial e juros de 7,15%	45.278	46.320
		3.743.739	3.811.894
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 13%	101.455	99.456
FINAME	Juros de 4,5% a 13%	6.690	7.384
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	52.545	63.538
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	10	51
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81% a 11,3%	191.667	247.916
BNDES automático	TJLP + Juros de 4,03%	146.421	195.545
BNDES automático	Cestas moeda + juros 3,2%	7.879	-
Capital de Giro - Reais	114% do CDI	1.080.938	581.152
NCE/COMPROR	Juros de 110% a 128,00% do CDI	1.561.223	1.647.120
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.100	1.250
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	23.609	24.609
		3.173.537	2.868.021
		6.917.276	6.679.915
Desmembramento:			
Passivo circulante		3.870.767	4.342.593
Passivo não circulante		6.917.276	6.679.915
		10.788.043	11.022.508

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:

2012	1.296.397	1.779.752
2013	1.587.680	1.195.695
2014	852.613	595.982
2015	627.963	518.743
2016	1.073.804	1.080.390
2017	3.484	2.000
2018	1.471.216	1.503.639
2019	3.943	3.714
2020	172	-
2021	4	-
	6.917.276	6.679.915

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.11	31.12.10
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial mais juros de 2,55% a 7,9%	1.300.971	1.386.916
Euro Bonds	Varição cambial e juros de 9,375% a 10,25%	28.513	474.978
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 0,7% a 3,75%	606.423	406.867
144-A	Varição cambial e juros de 8,25% a 10,50%	26.382	67.332
Nota de Crédito - Importação	Varição cambial e juros de 11,25%	6.770	17.483
Nota de Crédito - Exportação	Varição cambial e juros de 7,15%	1.190	406
Notes	Varição cambial e juros 9,25%	1.590	5.438
PPC - México revolver	Juros de 9,5981%	68	-
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	1.665	1.076
EXIM - fomento à exportação	Varição cambial e TJLP e juros de 3,00% a 5,5%	-	3.764
		1.973.572	2.364.260
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 13%	55.497	54.535
FINAME	Juros de 4,5% a 13%	3.662	4.207
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	46.436	48.533
FINEM	Cesta de moedas BNDES e juros de 2,90%	221	245
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	1.498	2.666
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	2.269	2.183
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81% a 11,3%	417.792	387.629
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	101.732	101.347
BNDES automático	TJLP + Juros de 4,03%	163.934	168.939
BNDES automático	Cestas moeda + juros 3,2%	5.525	15.639
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	1.163	-
PPC - US revolver	Juros de 4,875% a 6,75%	19.526	1.366
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	114.185	110.456
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	265	1.998
USD Bonds	Juros de 11,625%	54.120	21.092
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	1.611	701
Capital de Giro - Reais	114% do CDI	179.202	166.916
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	93.746	113.388
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	27.611	-
NCE/COMPROR	Juros de 110% a 128,00% do CDI	1.156.175	1.234.889
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	1.309	1.370
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.741	5.008
Capital de Giro - Libras Egípcias	Juros de 152,00% do CDI	14.841	50.712
EGF	Juros de 6,75%	-	25.910
Nota de crédito - importação	4,44% p.a (libor e Juros 2,80%)	107.056	76.605
Outros		38.015	5.604
		2.612.132	2.601.938
		4.585.704	4.966.198

JBS S.A.

 Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
 (Em milhares de reais)

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.11	31.12.10
Passivo Não Circulante			
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial mais juros de 2,55% a 7,9%	283.394	289.919
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375% a 10,25%	732.915	749.790
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 0,7% a 3,75%	904.732	907.801
144-A	Variação cambial e juros de 8,25% a 10,50%	1.940.290	1.984.683
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	-	6.667
Nota de Crédito - Exportação	Variação cambial e juros de 7,15%	45.278	46.320
Tasman Government Loan	Juros 0% até ano de 2013	11.947	5.995
		3.918.556	3.991.175
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1,5% a 13%	101.732	99.766
FINAME	Juros de 4,5% a 13%	6.690	7.420
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	52.567	63.701
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	10	51
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	11.894	12.550
JBS Mortgage	Juros de 5,75%	29.595	30.920
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81% a 11,3%	191.667	247.917
EXIM - fomento à exportação	Juros de 5,15% a 18,27%	67.280	92.050
BNDES automático	TJLP + Juros de 4,03%	146.421	195.545
BNDES automático	Cestas moeda + juros 3,2%	7.879	-
PPC - US revolver	Juros de 4,875% a 6,75%	1.301.245	1.130.950
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	905.228	936.706
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	6.347	-
USD Bonds	Juros de 11,625%	1.087.307	1.100.725
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	24.753	26.033
Marshalltown	Juros de 2%	15.481	-
Capital de Giro - Reais	114% do CDI	1.081.020	581.152
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	2.036	14.441
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	3.120	-
NCE/COMPROR	Juros de 110% a 128,00% do CDI	1.561.223	1.647.118
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	2.695	3.029
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	23.609	24.609
Capital de Giro - Libras Egípcia	Juros de 152,00% do CDI	-	5.979
Nota de crédito- importação	4,44% p.a (libor e Juros 2,80%)	6.667	-
Outros		22.014	5.319
		6.658.480	6.225.981
		10.577.036	10.217.156
Desmembramento:			
Passivo circulante		4.585.704	4.966.198
Passivo não circulante		10.577.036	10.217.156
		15.162.740	15.183.354
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2012		1.384.023	1.888.682
2013		1.620.577	1.210.997
2014		3.355.712	2.960.036
2015		649.121	540.467
2016		1.075.337	1.081.564
2017		173.395	175.824
2018		2.281.541	2.338.259
2019		37.154	21.327
2020		172	-
2021		4	-
		10.577.036	10.217.156

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia, pela controlada JBS Argentina S.A. e pela incorporada Bertin e subsidiárias Novaprom e Bracol Couros, e representam US\$ 1.280.602 em 31 de março de 2011 (US\$ 1.245.992 em 31 de dezembro de 2010), destinados a financiamento das operações de exportações.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US\$ 200 milhões, com uma subsequente reabertura de US\$ 75 milhões, totalizando US\$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e cupom de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e por sua controladora indireta, J&F Participações S.A, como avalistas.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US\$ 700 milhões por meio de US\$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US\$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a três operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia a operação realizada em 28 de julho de 2006, no montante de US\$ 300 milhões, com cupom de 10,5% a.a., garantida por aval da própria Companhia; e a operação realizada em 29 de julho de 2010 no montante de US\$ 900 milhões, com cupom de 8,25% a.a, garantida por aval da própria Companhia; e, incorporada Bertin em 13 de outubro de 2006, no montante de US\$ 350 milhões, com cupom de 10,25% a.a., sem garantia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

16 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de março de 2011, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre os principais covenants da controladora e de suas controladas

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações contábeis mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 9 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin S.A. será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações para o 2016 Notes Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin S.A.

Notas 2017 da Vigor - A Vigor, uma subsidiária da Companhia após a fusão com a Bertin, emitiu as Notas 2017 da Vigor, em um montante principal de US\$100,0 milhões em 23 de fevereiro de 2007. Os juros das Notas 2017 da Vigor acumulam a uma taxa de 9,25% ao ano e são pagas semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de ano, começando em 23 de agosto de 2007. O montante principal das Notas 2017 da Vigor é pago integralmente em 23 de fevereiro de 2017.

Em 24 de setembro de 2010, a Companhia concluiu a solicitação de consentimento relativo às Notas 2017 da Vigor. A solicitação de consentimento (i) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2017 da Vigor para configurá-la com as mesmas condições que regem as Notas 2018 e (ii) alterou as definições de "Mudança de Controle" e "Detentores Permitidos" (entre outras) na escritura para conformar com as definições correspondentes estabelecidas nas Notas 2018 da JBS S.A.(deletar); e (iii) proporcionar a capacidade da Vigor (ou seus sucessores) a serem substituídos como emissores das notas, após o cumprimento de certas condições. A Vigor não caracterizou-se em uma alteração de controle.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2017 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor.

A escritura que rege as Notas 2017 da Vigor limita a capacidade da Companhia e suas subsidiárias de incorrer qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (1) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (2) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (3) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US\$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e são devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar (deletar) tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, diminuído de 100% do total do prejuízo.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Linha de crédito rotativo garantido da J&F Oklahoma - A J&F Oklahoma possui uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US\$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Em 31 de março de 2011, a J&F Oklahoma estava em conformidade com todas as covenants pertencentes a esta linha de crédito.

Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de Setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US\$800 milhões com vencimento em 23 de Setembro de 2014.

Linha de crédito rotativo para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. A taxa de juros em 26 de março de 2011 estava em 2,55%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de Setembro de 2010 para o vencimento em 11 de Setembro de 2016. Em 31 de março de 2011, o valor em aberto desta linha de crédito era US\$127,2 milhões.

Descrição do endividamento da USA

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA adquiriu uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia (o “Contrato de Crédito”) que permite a tomada de empréstimos de até US\$400,0 milhões com vencimento em 5 de novembro de 2011. A JBS USA irá refinar antes da data de vencimento. Atualmente, cerca de US\$75,0 milhões do Contrato de Crédito estão disponíveis para emissão de Cartas de Crédito, sendo que, até 31 de março de 2011, foram utilizados, por meio de tais instrumentos, aproximadamente US\$31,3 milhões daquele montante disponível. Os empréstimos indexados rendem juros à taxa referencial, acrescida de uma margem de 2,25%, sendo que a taxa total em 31 de março de 2011 foi de 5,5%. Mediante aprovação do Credor, podem ser tomados pelo prazo de um, dois ou três meses (ou seis meses a critério do agente) empréstimos à taxa LIBOR acrescida de uma margem de 3,25%. Não havia saldo pendente em 31 de março de 2011.

Disponibilidade. A disponibilidade do Contrato de Crédito é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA conforme descrição abaixo, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. A disponibilidade de empréstimos em 31 de março de 2011 era de US\$366,1 milhões.

Garantias e Cauções. Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Contrato de Crédito são garantidos pela Companhia, JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidente sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos de todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers.

Covenants. O Contrato de Crédito contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de encargos de cobertura de não menos do que 1,15 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar-se abaixo do limite mínimo, que é 20% das obrigações totais ou US\$70 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivos quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- ter dispêndios de capital maiores que US\$175,0 milhões por ano, mais 50% dos dispêndios permitidos e não utilizados no ano anterior;
- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

O Contrato de Crédito contém cláusulas relativas à eventos de inadimplência costumeiros, incluindo a não observação ou cumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no Contrato de Crédito, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Contrato de Crédito. Em 31 de março de 2011, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todas as covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Em 27 de abril de 2009, o Contrato de Crédito foi alterado para permitir o lançamento de US\$ 700,0 milhões em notas com vencimento em 2014, como descrito abaixo. O aditamento do contrato estipulou que a limitação existente sobre as distribuições entre a JBS USA e a JBS USA Holdings fosse alterada de modo a permitir o envio do dinheiro obtido com o lançamento de instrumentos com prioridade de recebimento e vencimento em 2014, menos as despesas da operação e US\$ 100,0 milhões retidas pela JBS USA a JBS USA Holdings, como uma distribuição única. Além disso, a taxa sobre a linha de crédito não utilizada foi majorada de 37,5 para 50,0 pontos-base.

Em 13 de agosto de 2009, o Contrato de Crédito foi alterado para eliminar a obrigação da JBS USA em reportar diariamente um resumo da marcação a mercado dos valores de mercado de seus estoques ao agente administrativo.

Em 11 de setembro de 2009, o Contrato de Crédito foi aditado para alterar a definição de “mudança de controle”, de forma que a Companhia deve deter, direta ou indiretamente, mais de 50%, em vez de 100%, do Capital Social da JBS USA Holdings. Ainda, a alteração contratual exclui dispêndios de capital que são financiados com rendimentos provenientes do cálculo da taxa de cobertura do encargo fixo de ofertas públicas de ações, e, quaisquer dispêndios de capital e aquisições que sejam financiados com tais rendimentos não estão sujeitos às respectivas limitações de covenants do Contrato de Crédito. Por fim, o montante permitido para arrendamentos mercantis foi elevado de US\$25,0 milhões para US\$50,0 milhões.

Em 7 de maio de 2010, o Contrato de Crédito foi aditado e reformulado (“Contrato de Crédito Aditado e Reformulado”) para permitir que a JBS USA Holdings faça aquisições com os recursos provenientes de contribuições de capital próprio ou de empréstimos oriundos da Companhia ou de uma de suas subsidiárias que não seja subsidiária da JBS USA Holdings. Além disso, as condições de aquisições permitidas constantes no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado para tais aquisições, bem como as aquisições financiadas com quaisquer rendimentos provenientes de ofertas públicas iniciais de ações da JBS USA Holdings, foram modificadas. Ademais, quaisquer dispêndios de capital financiados com estes rendimentos não estão sujeitos às limitações de covenants constantes no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado. Por último, os valores autorizados de arrendamentos mercantis e endividamento com ativos imobilizados foram elevados de US\$50,0 milhões para US\$100,0 milhões.

Em 27 de julho de 2010, a JBS USA fez uma alteração no Contrato de Crédito Aditado e Reformulado com o fim de permitir que a JBS USA garanta quaisquer novas emissões de dívidas da Companhia ou de suas subsidiárias, com algumas exceções.

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota rende juros à taxa LIBOR. A taxa em 31 de março de 2011 era de 0,26% acrescida de uma margem fixa de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no primeiro dia de cada mês. A nota tem vencimento em 1 de Agosto de 2013.

Linha de crédito não garantida – A JBS Australia contratou uma linha de crédito não garantida em dólares australianos (“A\$”) no valor de A\$120,0 milhões em 26 de fevereiro de 2008 para financiar as necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha foi encerrada em 1 de Outubro de 2009 com a Carta de Crédito de A\$40,0 milhões sendo prorrogada para 30 de Junho de 2010. Em 5 de maio de 2010, a linha foi revisada com o fim de equalizar as condições das Cartas de Crédito correntes, atingindo um limite de A\$1,9 milhões e ficando sujeita a revisões anuais a partir de 30 de Junho de 2011. Em 31 de março de 2011, o saldo nesta linha era de US\$1,9 milhões.

Contratos de Mútuo – De 26 de outubro de 2009 até 28 de abril de 2010, a JBS USA celebrou oito Contratos de Mútuo com a JBS Australia no valor total de US\$167,0 milhões a fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Cada contrato possuía vencimento de um ano com juros à taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem fixa de 5% ao ano. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes contratos foram expressos em dólares americanos, entretanto, divulgados em dólares australianos por nossa subsidiária na Austrália. Por esse motivo, os contratos geraram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Em 4 de maio de 2010, os contratos a pagar e os juros relacionados foram pagos em sua totalidade. Os contratos foram encerrados.

Empréstimo rotativo de A\$250 milhões a pagar entre JBS USA e JBS Australia – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A\$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate (“BBSY”) de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A\$350,0 milhões. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de março de 2011 era de 7,95%.

Empréstimo rotativo de A\$50 milhões a receber da JBS Australia – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Austrália no valor de A\$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Não havia saldo pendente em 31 de março de 2011.

Empréstimo rotativo de A\$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Swift Austrália no valor de US\$50,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. O saldo pendente em 31 de março de 2011 era de US\$24,0 milhões. A taxa de juros média era de 2,80% em 31 de março de 2011.

Linha de crédito de empréstimo não garantida – Em 12 de fevereiro de 2010 a JBS Austrália contraiu uma linha de crédito não garantida de US\$10,0 milhões no Banco Santander. O empréstimo está sujeito à taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem fixa de 3% ao ano. Não havia saldo em aberto em 31 de março de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Linha de crédito garantida/empréstimo-ponte com várias opções de financiamento – A JBS Southern celebrou um contrato de empréstimo-ponte garantido com várias opções de financiamento em 2 de maio 2008 no valor de A\$80,0 milhões para financiar o capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Este contrato foi encerrado em 26 de janeiro de 2010.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – JBS USA, LLC e JBS Plainwell, Inc., subsidiária integral da JBS USA, emitiram Notas de 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo US\$16,0 milhões em 20 de dezembro de 2010, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de Abril de 2011, e o pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de Outubro de 2011. Os rendimentos possuem limitações quanto ao uso e foram depositados diretamente em duas contas de depósito.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US\$9,8 milhões ao juros de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US\$7,2 milhões (“Empréstimo A”) foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em Depósitos Judiciais e Outros no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US\$2,6 milhões (“Empréstimo B”) foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. No final dos sete anos existe uma opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US\$1,0 mil ou uma opção de venda (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal de juros pagos mensalmente e um pagamento do principal

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a JBS Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o “Departamento”) que concedeu cerca de A\$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da JBS Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A\$3,6 milhões, A\$3,6 milhões e até A\$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Os recursos nas duas tranches foram sacados em 4 de Outubro de 2010 e 8 de Novembro de 2010, respectivamente. Cada empréstimo é livre de juros nos primeiros três anos, em seguida, com juros de custos de fundos do Governo para os anos quatro ao nove e com a taxa variável comercial do Governo para os anos 10 ao 15.

Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e é pagável sobre notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas. Em 31 de março de 2011, o saldo de empréstimos era de aproximadamente US\$7,3 milhões.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em Outubro de 2010, a JBS USA adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US\$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US\$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US\$3,1 milhões e US\$17,0 milhões. As hipotecas acumulam juros a taxas anuais de 5,75% e 8,35%, respectivamente, e são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de Novembro de 2010. No ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2011, US\$0,6 milhões de despesas relativas a essa transação foram capitalizadas como parte da construção durante o período. Em 31 de março de 2011, o saldo de empréstimos sobre ambas as hipotecas era de aproximadamente US\$19,6 milhões.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. (“Sampco”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A JBS USA reconheceu US\$0,2 milhões de receitas financeiras na nota explicativa da Sampco para as 13 semanas terminadas em 31 de março de 2011. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US\$27,4 milhões somados aos juros acumulados de US\$49 mil é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. (“JBS USA Trading”), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., fazendo negócios como Tupman Thurlow Co., Inc., uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de Abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US\$25,0 milhões. A JBS USA reconheceu US\$0,1 milhões de receitas financeiras na nota explicativa da JBS USA Trading para as 13 semanas terminadas em 31 de março de 2011. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US\$7,9 milhões somados aos juros acumulados de US\$27 mil é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, uma subsidiária direta integral da JBS S.A., no valor de US\$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A JBS USA reconheceu US\$46 mil de receitas financeiras na nota explicativa da Bertin USA para as 12 semanas terminadas em 31 de março de 2011. Devido a Contribuição da Bertin, o saldo de empréstimos de US\$6,0 milhões somados aos juros acumulados de US\$18 mil é eliminado na consolidação.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US\$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Contrato de Crédito (sujeito à determinadas exceções). Rendem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de Maio e 1 de Novembro de cada ano, a partir de 1 de Novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Covenants. A escritura para as Notas 11.625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

- contrair dívidas adicionais com base na relação entre a dívida líquida e o EBITDA;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplimento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a não observação ou cumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplimento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de março de 2011, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todas as covenants.

Restrições sobre dividendos - algumas covenants do endividamento e as condições de garantia de dívida incluem restrições sobre nossa capacidade de pagar dividendos, contrair empréstimos ou fazer adiantamentos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011, a JBS USA tinha US\$397,4 milhões e US\$479,1 milhões, respectivamente, de lucros acumulados disponíveis para o pagamento de dividendos.

Descrição do endividamento da PPC

Em 28 de dezembro de 2009 a PPC utilizou os recursos recebidos dos empréstimos da Linha de Crédito de Saída (ver abaixo) e o caixa disponível para repagar seus acordos de créditos anteriores no montante de US\$1.4 bilhões. A PPC também utilizou os recursos recebidos da venda de 64% do total de suas ações ordinárias para repagar Notas Seniores no total de US\$651.9 milhões.

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US\$ 500,0 milhões e juros de 7 7/8% ao ano ("Notas 2018"). As Notas 2018 são garantidas por uma das subsidiárias da PPC.

Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. Os rendimentos da emissão das notas, depois de descontos e despesas de emissão, foram utilizados para (i) repagar toda a dívida pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento A da Linha de Crédito de Saída da PPC e (ii) repagar uma parte da dívida pendente dos compromissos de Vencimento B-1 da Linha de Crédito de Saída da PPC. A escritura das Notas 2018 contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA e outras partes relacionadas da PPC, fundir, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas.

Notas Seniores – A PPC possui Notas Seniores com vencimento em 2015, juros de 7 5/8% e montante pendente de US\$0,1 milhões em 31 de março de 2011.

Notas Seniores Subordinadas – a PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2017, juros de 8 3/8% e montante pendente de US\$3,5 milhões em 31 de março de 2011. A PPC possui Notas Seniores Subordinadas com vencimento em 2013, juros de 9 ¼% e montante pendente de US\$0,3 milhões em 31 de março de 2011.

Linha de Crédito de Saída - Mediante a saída da falência de 28 de dezembro de 2009, a PPC e algumas de suas subsidiárias, a To-Ricos, Ltd. e a To-Ricos Distribution, Ltd. celebraram uma linha de crédito de saída ("Linha de Crédito de Saída"). Esta linha dispõe de um compromisso coletivo de US\$ 1,8 bilhões, que consiste em: (i) linha de empréstimo rotativo de US\$ 600 milhões, (ii) compromissos de empréstimos de vencimento A ("Vencimentos A") no valor de US\$ 375,0 milhões e (iii) compromissos de empréstimos de vencimento B ("Vencimentos B") no valor de US\$ 775,0 milhões. A Linha de Crédito de Saída também inclui uma cláusula que permite a PPC aumentar, a qualquer momento, a linha de empréstimo rotativo em um valor adicional de US\$ 250 milhões e aumentar os compromissos de empréstimos de Vencimentos B em um valor adicional de US\$ 400 milhões, sujeito ao atendimento de certas condições, incluindo a capitalização de todos os compromissos de acordo com a Linha de Crédito de Saída de US\$ 1,9 bilhões.

Os Vencimentos A foram repagados em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das Notas Seniores 7 7/8%. Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US\$ 700,0 milhões. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Em 31 de março de 2011, estavam pendentes o valor principal de US\$ 632,5 milhões nos termos dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B e US\$ 325,0 milhões nos termos dos compromissos de empréstimos rotativos. Em 28 de dezembro de 2009, a PPC pagou despesas financeiras no total de US\$ 50,0 milhões relativos à Linha de Crédito que foram reconhecidas como ativos no balanço patrimonial. A PPC amortiza estes custos capitalizados ao longo da vida da Linha de Crédito de Saída.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o valor pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Com relação a 2010, a PPC deve utilizar aproximadamente US\$ 46,3 milhões de seu fluxo de caixa para pagar o valor principal pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimentos B. Após a realização deste pré-pagamento e outros pré-pagamentos dos Vencimentos B, os Vencimentos B devem ser pagos em 16 pagamentos trimestrais de aproximadamente US\$ 3,9 milhões, começando em 15 de abril de 2011, com o final dos pagamentos em 28 de dezembro de 2014. A Linha de Crédito de Saída também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas específicas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Crédito de Saída.

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)**

A Linha de Crédito de Saída inclui um sublimite de US\$ 50,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência (empréstimos com disponibilidade no mesmo dia) e sublimite de US\$ 200,0 milhões para linha de crédito. Empréstimos pendentes de acordo o compromisso de crédito rotativo incorrem juros a uma taxa anual de 3,00% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA, (ii) a taxa médio dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% , no caso de um empréstimo com taxa base alterada ou 4,0% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar. Os empréstimos de vencimento B-1 pendentes incorrem juros a uma taxa anual igual a 3,5% mais o maior entre (i) a taxa básica de juros dos EUA, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1%, no caso de um empréstimo com taxa base alternada ou 4,5% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos de eurodólar.

O empréstimo de vencimento B-2 incorre juros a uma taxa anual igual a 9%. Os encargos do compromisso incorridos sobre os compromissos rotativos não utilizados, de acordo com a linha de crédito de saída, incorrem juros a uma taxa anual igual a 0,5%.

Os empréstimos reais da PPC, de acordo com a Linha de Crédito de Saída, estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída. A fórmula da base de empréstimo é reduzida pela soma das reservas de estoques, aluguéis e reservas de acesso de caução e todos os valores vencidos há mais de 15 dias devidos pela PPC ou suas subsidiárias a qualquer pessoa, em virtude do preço de compra de produtos ou serviços agrícolas (incluindo aves e semoventes), se aquela pessoa tem direito a algum acordo de garantia do agricultor ou do produtor. A disponibilidade do empréstimo rotativo, de acordo com a base de empréstimo, também é limitada a um agregado de US\$ 25 milhões, correspondente à To-Ricos, como mutuário conjunto.

Em 31 de março de 2011 a base de empréstimos aplicável era de US\$ 700,0 milhões, o montante disponível de acordo com os compromissos de empréstimos rotativos era de US\$ 334,7 milhões e os empréstimos pendentes e linhas de créditos sob os compromissos de empréstimos totalizaram US\$ 40,3 milhões.

A Linha de Crédito de Saída dispõe que a PPC não pode incorrer em dívidas de capital que excedam US\$ 275,0 milhões para o de 2011 e US\$ 350,0 milhões para os exercícios daí em diante. A PPC também deve manter uma taxa de cobertura do encargo fixo mínima e um nível mínimo do patrimônio líquido tangível, não podendo exceder o índice máximo de alavancagem. A Linha de Crédito de Saída contém uma série de covenants que restringem a capacidade de do PPC, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional e em penhoras, pagar dividendos ou fazer determinados pagamentos restritos, consumir determinadas vendas de ativos, participar de determinadas transações com a JBS USA e outras afiliadas, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos, ou praticamente todos, os seus ativos.

Atualmente a PPC cumpre todos os covenants em 31 de março de 2011. Porém, o preço do frango, da commodity, acesso aos mercados para exportação e outros fatores podem afetar a capacidade da PPC de cumprir os covenants financeiros.

De acordo com a Linha de Crédito de Saída, a JBS USA, acionista majoritária da PPC, ou suas afiliadas, podem fazer empréstimos à PPC em base subordinada e termos razoavelmente satisfatórios para os agentes sob a Linha de Crédito de Saída e até US\$100 milhões desta dívida subordinada pode ser incluída no cálculo do EBITDA (conforme definido na Linha de Crédito de Saída).

A Linha de Crédito de Saída contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA e outras partes relacionadas, fundir, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos da PPC.

Todas as obrigações, de acordo com a Linha de Crédito de Saída, são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e são seguradas por um penhor de primeiro grau em contas a receber domésticas (incluindo Porto Rico) e estoque da PPC e suas subsidiárias; 100% da participação acionária na To-Ricos Borrowers e nas subsidiárias nacionais da PPC e 65,0% da participação acionária nas subsidiárias estrangeiras diretas da PPC; substancialmente todas as propriedades particulares e intangíveis da PPC, da To-Ricos Borrowers e as subsidiárias garantidoras; e substancialmente todos os imóveis e ativos imobilizados da PPC e de suas subsidiárias fiadoras.

Acordo de Crédito ING – Em 25 de setembro de 2006 uma subsidiária da PPC, a Avícola Pilgrim's Pride de México, S. de R.L. de C.V. (o "Mutuário do México"), contraiu um contrato de crédito rotativo garantido (o "Contrato de Crédito ING") com a ING Capital, LLC, como agente (o "Agente do México") e a parte mutuante relacionada (o "Mutuante do México"). O Contrato de Crédito ING possui um compromisso rotativo de 557,4 milhões de pesos mexicanos, o que equivale a US\$ 46,5 milhões, em 31 de março de 2011. Nesta data não haviam empréstimos pendentes.

Os valores pendentes no Contrato de Crédito ING incorrem juros a uma taxa anual igual à taxa LIBOR, à taxa Base ou à taxa TIIE, conforme aplicável, mais a Margem Aplicável (uma vez que estes termos estão definidos no Contrato de Crédito ING).

O Contrato de Crédito ING exige que a PPC faça um pagamento antecipado obrigatório dos empréstimos rotativos em um valor agregado igual a 100% dos rendimentos de caixa líquido recebidos por determinadas subsidiárias mexicanas da PPC (as "Subsidiárias no México"), conforme aplicável, em quantidade superior dos limites especificados no Contrato de Crédito ING, da venda de determinados ativos pelas Subsidiárias no México; de quaisquer casualidades ou outros danos segurados a, ou qualquer situação sob a autoridade de um domínio eminente ou por condenação ou procedimentos similares de, qualquer propriedade ou ativo das Subsidiárias no México, ou por incorrência de determinado endividamento por parte de uma Subsidiária no México. Quaisquer pagamentos antecipados afins reduzirão permanentemente o valor do compromisso no Contrato de Crédito ING. As Subsidiárias no México ofereceram substancialmente como garantia todos seus recebíveis, estoque, equipamentos e determinados ativos fixos. As Subsidiárias no México foram excluídas dos procedimentos de falência dos EUA.

17 Debêntures conversíveis

A Companhia recebeu no dia 22 de dezembro de 2009 correspondência da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, comunicando a aprovação da realização de investimento mediante subscrição de debêntures subordinadas, conversíveis em ações e com cláusula de permuta da primeira emissão privada da Companhia, a ser realizada em série única.

A assinatura do Acordo de Investimento pela Companhia foi aprovada por seu Conselho de Administração em deliberação tomada em 7 de dezembro de 2009.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Os recursos foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de concluir a operação refletida no Stock Purchase Agreement pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da PPC, e reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com a Bertin.

A Companhia emitiu no dia 28 de dezembro de 2009 a quantidade de 2.000.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.739,80. O valor total das debêntures é de R\$ 3.479.600, sendo os custos inerentes a transação de R\$ 17.388, não existindo prêmios neste processo de captação, equivalentes na data da emissão das debêntures a US\$ 2 bilhões de acordo com a respectiva escritura de emissão. As 2.000.000 debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian Depositary Receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA, ou mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, caso essa não realize o evento de liquidez.

Evento de liquidez significa cumulativamente a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, em montante mínimo equivalente a US\$ 1,5 bilhões com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de follow-on, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (reporting company) na Securities and Exchange Commission, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha free float mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% e (d) que o capital social da JBS USA, na data do evento de liquidez, seja composto de ações de uma só espécie e classe, observado que será permitida a emissão de classes de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados após o evento de liquidez.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 anos, contados da data de emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 28 de dezembro de 2069.

Tendo em vista o encerramento do prazo final de rateio de sobras na emissão das debêntures, a Companhia comunicou no dia 19 de fevereiro de 2010, com base em informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das debêntures da Companhia, que foram subscritas a totalidade das debêntures emitidas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2009.

Cada uma das debêntures será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10% (dez por cento); e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação ("JBSS3") nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das debêntures, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por ação e um teto de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por ação ("Conversão em Ações").

Acordo de Acionistas

No dia 22 de dezembro de 2009 a Companhia celebrou um Acordo de Acionistas com J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento e BNDES Participações - BNDESPAR, onde o BNDESPAR assumiu compromisso de realizar um investimento na Companhia por meio da subscrição e integralização de debêntures de emissão da Companhia, conforme detalhado acima.

Durante a vigência deste Acordo de Acionistas, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível, o acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre quaisquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"):

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dívidas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral intermediária ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

JBS S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010****(Em milhares de reais)**

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da Companhia, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da Companhia;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R\$ 100.000 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, não consolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre Dívida Líquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) (A) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais).

Pagamento de prêmio de Debêntures ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Conforme divulgado ao mercado no dia 26 de dezembro de 2010, a Companhia notificou a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário") para prorrogar a data limite do evento de liquidez até 31 de dezembro de 2011 e efetuou o pagamento do prêmio no valor bruto de R\$ 260,97 (duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos) para cada Debênture emitida, totalizando R\$ 521.940, nos termos dos itens III.16.1.2. e III.21.a.vi. da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações ("Debêntures da 1ª Emissão"). O Banco Mandatário e Agente Escriturador (Banco Bradesco S.A.) iniciou o pagamento aos Debenturistas em 23 de dezembro de 2010.

A Companhia divulgou também nessa data que está em estágio avançado de negociação com o principal debenturista para a 2ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis ("Debêntures da 2ª emissão") com a finalidade de substituição integral das Debêntures da 1ª emissão. A colocação das Debêntures da 2ª emissão será privada, com direito de preferência de subscrição para os acionistas na época da emissão, e deverá ter as seguintes características:

* Valor total da emissão: R\$4.000.000;

* Prazo de 5 anos;

* Juros de 8,5% ao ano, pagos trimestralmente;

* Mandatoriamente conversível em ações da JBS S.A. no 5º ano;

* Preço de Conversão de R\$9,50 por ação (JBSS3), acrescidos dos juros pagos aos debenturistas, líquido de impostos, e deduzidos de toda remuneração paga aos acionistas no período (dividendos, juros sobre capital próprio, etc); e

* Opção de subscrição com as debêntures da 1ª emissão.

Entre as vantagens da nova emissão destacam-se a eliminação da obrigação de realização de uma oferta pública de ações da JBS USA em 2011 e a otimização da estrutura financeira e fiscal da Companhia. Os termos e as características da nova emissão serão detalhados futuramente e estão sujeitas às aprovações necessárias.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

18 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Salários e encargos sociais	84.905	175.613	303.745	369.283
Provisões para férias 13º salário e encargos	115.548	92.615	664.806	755.743
Imposto de renda a recolher	1	-	287.074	214.142
Contribuição social a recolher	17	13	387	1.499
ICMS / VAT / GST a recolher	19.622	19.646	25.239	26.392
PIS e COFINS a recolher	66	49	179	142
FOMENTAR a pagar	-	-	178	-
Outros	95.394	87.664	117.718	155.599
	315.553	375.600	1.399.326	1.522.800
Desmembramento:				
Passivo circulante	315.553	375.600	1.090.844	1.205.167
Passivo não circulante	-	-	308.482	317.633
	315.553	375.600	1.399.326	1.522.800

19 Contingências

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de março de 2011 e 2010, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Trabalhistas	44.418	44.310	67.317	68.118
Cíveis	7.773	7.773	34.192	33.562
Fiscais e previdenciários	85.919	83.919	222.549	219.980
Total	138.110	136.002	324.058	321.660

Movimentação das contingências

	31.12.10	Adição	Variação cambial	31.03.11
Controladora	136.002	2.108	-	138.110
Consolidado	321.660	2.692	(294)	324.058

Processos fiscais e previdenciários
a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 1.107.259 em 31 de março de 2011. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão. A probabilidade de perda é considerada remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R\$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R\$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 268.000.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a legalidade e aplicabilidade dessa tributação fica bastante reduzida, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência. A probabilidade de perda é considerada remota.

c) PIS / COFINS

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de Programa de Integração Social - PIS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) inconstitucionalidade do tributo instituído pela Lei Complementar nº 7/70; (b) tributação de outras receitas operacionais de acordo com a Lei nº 9.718/98; e (c) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o valor provisionado de R\$ 13.754.

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - questionamento dos seguintes aspectos: (a) aumento de alíquota de 2% para 3% de acordo com a Lei nº 9.718/98 – questionamento até julho de 2003; e (b) compensação dos valores devidos com títulos da dívida pública, totalizando o montante provisionado de R\$ 108.163.

d) IRPJ e CSSL

As controladas S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e Dan Vigor possuem processos de IRPJ e CSSL - Refere-se ao processo de débitos fiscais relativos ao IRPJ incidente sobre os efeitos da correção monetária instituídos pela Lei nº 8.200/91 e questionamentos quanto aos índices de correção monetária decorrentes do denominado "Plano Verão" que totalizam o valor provisionado de R\$ 12.429.

e) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 348 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 85.919 em 31 de março de 2011.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2011, a Companhia era parte em 6.713 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 626.135. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 44.418 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Em 31 de março de 2011, a controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, incorporadora da Companhia Leco de Produtos Alimentícios e Laticínios Serrabella, era parte em 309 reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários, que foram provisionadas pela Companhia com base em uma estimativa de perda preparada pelos seus assessores jurídicos e aprovadas pela Administração, no montante provisionado de R\$ 4.181.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada. A probabilidade de perda é considerada remota.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto, razão pela qual não constituiu provisão. A probabilidade de perda é considerada remota.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de março de 2011 é de R\$ 6.028 sendo que o montante está provisionado.

Outros processos

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 20.134, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

20 Débito com terceiros para investimentos

No passivo circulante, em decorrência da incorporada Bertin, o montante de R\$ 24.831 em 31 de março de 2011 refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos, com quitação no decorrer do período de 2011. Os investimentos adquiridos são i) Planta Pimenta Bueno (R\$ 9.831) e ii) Plantas do Pará (R\$ 15.000).

No dia 11 de maio de 2009 a Companhia formalizou um contrato de compra e venda de imóveis com C. Sola Participações e Representações S/A, referente a aquisição do complexo industrial de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, no montante de R\$ 16.886, sendo que em 31 de março de 2011 a Companhia possui a pagar no passivo circulante o saldo remanescente de R\$ 3.596 e no passivo não circulantes de R\$ 4.208.

21 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes da tributação	129.495	86.044	172.160	81.209
Imposto de renda e contribuição social à taxa Nominal combinada de 34%	(44.028)	(29.255)	(58.534)	(27.611)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
(Adições) exclusões, substancialmente equivalência patrimonial e ágio (tributos equivalentes de outros países)	61.501	30.324	(23.701)	(1.807)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	17.473	1.069	(82.235)	(29.418)
Taxa efetiva	13,49%	1,24%	-47,77%	-36,23%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Notas Explicativas

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas no trimestre findos em 31 de março de 2011 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	748	737	(194.595)	(59.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.725	332	112.360	29.645
	17.473	1.069	(82.235)	(29.418)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	386.003	292.770	1.259.181	1.130.064
PASSIVO				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	758.088	683.543	2.132.445	2.133.114
Total Líquido	372.084	390.774	873.264	1.003.050

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os Impostos diferidos ativos e passivos foram apresentados líquidos por se tratarem da mesma autoridade tributária em cada legislação aplicável.

22 Patrimônio líquido
a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2011, é representado por 2.567.471.476 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra e) abaixo, 83.484.200, ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 3.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme estatuto social o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

Em 31 de março de 2011 as ações em circulação totalizavam 2.483.987.276 e em 31 de dezembro de 2010 totalizavam 2.492.718.276.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços as empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de lucros
Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social, através de Assembléia Geral Extraordinária de 29 de junho de 2010 (com vigência de um ano) autorizou adquirir, adicionalmente, até mais 68.371.334 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Conforme instrução CVM 10, de 10 de fevereiro de 1980, artigo 21, segue detalhamento da ações em tesouraria em 31 de março de 2011: A Companhia possuía 83.484.200 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 6,48, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição eram de R\$ 2,68 e R\$ 10,81, respectivamente, não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas. Do montante de 83.484.200 ações em tesouraria em 31 de março de 2011, 13.364.600 ações foram adquiridas durante o exercício de 2009, sendo que essas estavam suportadas pela aprovação do Conselho de Administração, conforme ata do dia 29 de dezembro de 2008, aprovando a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria. Durante o exercício de 2010 houve recompra de ações no montante de 39.494.100 ações e durante o primeiro trimestre de 2011 houve recompra de ações no montante de 8.731.000 ações.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de março de 2011 era de R\$ 5,86 (Em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 7,17).

f) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

g) Transações de capital

De acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considera esse valor como redução do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	2.393.136	1.792.105	11.182.132	9.672.792
Mercado externo	1.136.648	948.367	4.085.468	2.983.464
	3.529.784	2.740.472	15.267.600	12.656.256
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(156.509)	(84.110)	(311.232)	(212.914)
Impostos sobre as vendas	(201.268)	(156.204)	(283.628)	(236.027)
	(357.777)	(240.314)	(594.860)	(448.941)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.172.007	2.500.158	14.672.740	12.207.315

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

24 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2011	2010
Resultado atribuível aos acionistas	146.968	99.359
Média ponderada de ações do período - milhares	2.567.471	2.367.471
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	83.484	43.990
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.483.987	2.323.481
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	59,17	42,76

Diluído

A Companhia não apresentou o resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras visto que para as debêntures conversíveis (nota 17) não existe como efetuar o cálculo da quantidade de ações diluidoras por se tratar de projeções futuras de valores de cotação, e para receitas diferidas (nota 29,) através de análise histórica e existir expectativa de que o adiantamento seja honrado através de entrega futura, não caracteriza potenciais ações diluidoras.

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 31 de março de		Trimestre findo em 31 de março de	
	2011	2010	2011	2010
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	183.565	(143.934)	216.014	(74.293)
Resultado financeiro com derivativos	(223.215)	(63.922)	(235.239)	(38.733)
Juros Passivos	(312.553)	(201.760)	(374.386)	(334.044)
Juros Ativos	72.628	73.087	77.580	111.076
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(23.506)	(22.467)	(35.099)	(33.850)
	(303.081)	(358.996)	(351.130)	(369.844)

26 Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas em 31 de março de 2011 no montante de R\$ 8.769 referem-se basicamente à:

- JBS Argentina no montante de - R\$ 4.879, referente à gastos com indenizações devido à suspensão temporária das operações nas plantas de Berazategui (Consignaciones Rurales), Colonia Caroya (Col-Car) e San Jose;
- na JBS USA no montante de R\$ 3.400 referente ganho em compra vantajosa, através de aquisição de investidas em combinação de negócios;
- Outras receitas e despesas no montante de - R\$ 7.290 referente, basicamente, resultado na venda de ativos imobilizados.

27 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados e divulgados de modo destacado nas demonstrações contábeis.

Durante os exercícios de 2009 e 2010, a Companhia realizou, respectivamente, operações de emissão de Debêntures e de Oferta Pública de Ações - OPA. No entanto, para a efetivação destas operações a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de *Superannuation*. Essa contribuição se aproxima a 9% da remuneração do empregado, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que esta contribuição seja feita para o fundo de aposentadoria, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas da JBS USA referente às contribuições para este fundo totalizavam USD 5.200 e USD 7.100 em 31 de março de 2010 e 2011 respectivamente.

Planos Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida, plano de economia com contribuição definida e plano de pensão definido. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas de PPC foram de USD 2.300 e USD 4.900 em 31 de março de 2011 e 2010.

Os planos de pensão e de aposentadoria tem um ano fiscal que coincide com o da PPC. Divulgações importantes para as demonstrações financeiras estão incluídas abaixo:

Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados ("Plano Union"),
- PPC plano de aposentadoria para funcionários sindicalizados El Dorado ("Plano El Dorado"), e
- PPC Plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist ("Plano GK Pension").

O plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano El Dorado foi desmembrado do Plano da União em 1 de janeiro de 2008 e abrange certos locais elegíveis ou grupos na PPC. Este Plano foi iniciado em 2010. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanentemente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

Planos de aposentadoria de benefício definido não-qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional (Plano "SERP"), e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria ("Plano Directors Emeriti").

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano de SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti prevê benefícios a ex-diretores da empresa Gold Kist.

Planos de benefício definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida ("Insurance Plan").

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Plano de Insurance, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados terão todos 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminará então.

Plano de contribuição definida

PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

- PPC plano de aposentadoria (Plano "RS"), Seção 401(k) e
- To-Ricos plano de aposentadoria ("To-Ricos Plan"), Seção 1165 (e).

PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

No âmbito do Plano RS, os funcionários elegíveis EUA podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração. O plano to-Ricos é mantido por alguns empregados elegíveis de Porto Rico.

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investe em uma variedade de instrumentos financeiros. Em resposta à turbulência nos mercados financeiros globais, a PPC tem analisado essas carteiras de investimentos e, com o melhor do seu conhecimento, nenhum desses seus investimentos, incluindo os fundos do mercado commercial papers e títulos municipais, foram rebaixados por causa do cenário global, e nem a PPC, nem qualquer fundo em que a PPC participa é mantida uma quantidade significativa de investimento, taxa de leilão, obrigações de dívida garantidas, derivativos, investimentos em fundos de hedge, fundos de investimentos ou de títulos preferenciais perpétuos. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantem uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

Planos Bertin USA

A Bertin patrocina um plano de pensão definido e planos de aposentadoria ("plano 401(k)"), abrangendo os empregados sindicalizados da JBS USA durante o trimestre findo em 31 de março de 2011. A plano 401 (k) da Bertin, prevê contribuições adicionais pelo Bertin USA com base em condições específicas contidas no Plano Bertin 401 (k). O administrador do Plano Bertin 401 (k), sob a direção de cada participante, investe os ativos dos Plano Bertin 401 (k) em investimentos designados pelos participantes. As despesas da Bertin USA no Plano Bertin 401 (k) e totalizaram cerca de USD 103.000 para o período findo em 31 de março de 2011.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2011	2010
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	9.241.609	7.493.648
Carne Suína	1.394.941	1.164.121
Carne de Frango	3.140.128	2.944.814
Outros	896.062	604.732
Total	14.672.740	12.207.315

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2011	2010
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	139.888	123.818
Carne Suína	12.247	12.909
Carne de Frango	134.681	153.980
Outros	24.345	17.381
Total	311.161	308.088

EBITDA apresentado por linha de produto:

	2011	2010
EBITDA		
Carne Bovina	673.507	606.322
Carne Suína	175.549	72.195
Carne de Frango	(97.541)	116.670
Outros	84.415	66.774
Total	835.930	861.961

Total de ativos por segmento:

	31.03.11	31.12.10
Total de ativos		
Carne Bovina	31.748.346	31.965.869
Carne Suína	1.039.298	995.696
Carne de Frango	6.255.009	6.510.465
Outros	3.800.105	4.458.818
Total	42.842.758	43.930.848

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2011	2010
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	10.707.469	9.255.951
América do Sul	3.604.158	2.822.657
Outros	361.113	128.707
Total	14.672.740	12.207.315

Depreciação apresentado por área geográfica:

	2011	2010
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	200.928	219.764
América do Sul	108.866	87.278
Outros	1.367	1.046
Total	311.161	308.088

EBITDA apresentado por área geográfica:

	2011	2010
EBITDA		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	529.375	463.542
América do Sul	308.322	362.711
Outros	(1.767)	35.708
Total	835.930	861.961

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Total de ativos por área geográfica:

	31.03.11	31.12.10
Total de ativos		
Estados Unidos da América (incluindo Austrália)	14.859.124	15.419.437
América do Sul	26.551.924	27.344.023
Outros	1.431.710	1.167.388
Total	42.842.758	43.930.848

31 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração Consolidado por natureza em 31 de março de 2011 e 2010:

Classificação por natureza	2011	2010
Depreciação e amortização	(311.161)	(308.088)
Despesas com pessoal	(1.299.134)	(1.621.434)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(12.650.281)	(9.900.767)
Impostos, taxas e contribuições	(202.190)	(95.694)
Remuneração de capitais de terceiros	(1.183.960)	(1.038.350)
Outras receitas e despesas	1.146.146	838.227
	(14.500.580)	(12.126.106)

Classificação por função	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	(12.984.313)	(10.808.723)
Despesas com vendas	(737.451)	(556.110)
Despesas gerais e administrativas	(418.917)	(323.860)
Resultado financeiro líquido	(351.130)	(369.844)
Outras receitas e despesas operacionais	(8.769)	(67.569)
	(14.500.580)	(12.126.106)

32 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2011 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a incorporada Bertin, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2011 de R\$ 200.000.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2011 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 52.118).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2011 de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 325.740).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão trimestral, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de sua operações, principalmente com relação às eventuais variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros. Para minimizar os riscos dessa exposição a Administração gerencia os riscos dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e de suas controladas de forma integrada, contratando instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de sua exposição integrada líquida.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Companhia e de suas controladas, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas buscam, através da gestão de riscos, mitigar a exposição econômica e financeira de suas operações das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de commodities (gado, grãos, como milho, farinha de soja e energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel). As estratégias utilizadas vão desde análises detalhadas das demonstrações contábeis dos clientes da Companhia e de suas controladas e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em Bolsa de Valores.

c) Discricionariedade da Tesouraria

Uma vez identificadas as exposições da Companhia e suas controladas, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VaR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

d) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado pela Companhia através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores. Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1(um) dia, com intervalo de confiança de 99%. Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados dos ajustes diários de posição de contratos futuros na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

As controladas da Companhia estão expostas, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR, uma vez que possuem custos de empréstimos atrelados a esta taxa, todavia, por estratégia da Administração, não contratam derivativos para cobrir este risco, porque uma possível oscilação desta taxa não impactaria significativamente o fluxo de caixa. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está a seguir apresentado:

Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:

	31.03.11	31.12.10
NCE / Compras / Outros	3.964.335	3.789.784
CDB-DI	(1.056.958)	(1.826.496)
Fundos de investimentos e Títulos Públicos	(826.687)	(371.412)
Subtotal	2.080.690	1.591.876

Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:

ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	1.740.093	1.581.087
Capital de giro - Euros	30.731	304.350
Capital de giro - Dólares Americanos	95.782	192.688
Pré-pagamento	1.511.155	1.314.668
Outros	13.392	15.216
Subtotal	3.391.153	3.408.009

Exposição de passivos à taxa TJLP:

	31.03.11	31.12.10
FINAME / FINEM	256.232	266.535
EXIM - fomento à exportação	609.459	654.949
Subtotal	865.691	921.484

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de taxa de juros da Companhia

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nacional R\$)	Valor de Mercado R\$	Impacto no resultado do 1o trimestre de 2011
Contratos futuros (BM&F)	Julho de 2011 a Julho de 2012	DI	R\$	BM&F	102.976	38	1.093

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

e) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia e suas controladas, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio (Nacional de Proteção), através da contratação de hedge de futuro de câmbio em bolsas de mercadorias e futuros, contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI) e por arbitragem entre juros e dólar futuro, buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados na moeda funcional contra suas obrigações não denominadas na moeda funcional, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 (um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado dos exercícios findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

EXPOSIÇÃO	31.03.11	31.12.10	Efeitos no resultado do exercício findo em 31 de março de 2011	
			Variação cambial	Derivativos
OPERACIONAL				
Caixa e equivalentes - US\$ / € / £	1.203.571	1.172.492	-	-
Contas a receber - US\$ / € / £	2.971.499	2.855.633	(25.220)	14.442
Estoques - @ boi - US\$ / €	3.371.081	3.669.589	-	(14.508)
Pedidos de venda - US\$ / € / £	713.781	667.221	17.305	21.454
Fornecedores - US\$ / € / £	(1.644.268)	(2.307.743)	-	-
Subtotal	6.615.663	6.057.192	(7.915)	21.388
FINANCEIRO				
Créditos com controladas - US\$ / €	-	-	47.432	
Empréstimos e financiamentos - US\$ / €	(9.703.797)	(7.834.339)	177.294	(256.627)
Importações a pagar - US\$	(47.541)	(13.010)	(797)	
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros, líquidos	(32.256)	768	-	
Subtotal	(9.783.594)	(7.846.581)	223.929	(256.627)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	(3.167.932)	(1.789.389)	216.014	(235.239)

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia e suas controladas, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou aumento das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real.

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

	31.03.11	31.12.2010
Caixa e equivalentes - US\$ / € / £	1.203.571	1.172.492
Contas a receber - US\$ / € / £	2.971.499	2.855.633
Estoques - @ boi - US\$ / €	3.371.081	3.669.589
Pedidos de venda - US\$ / € / £	713.781	667.221
Fornecedores - US\$ / € / £	(1.644.268)	(2.307.743)
Empréstimos e financiamentos - US\$	(9.703.797)	(7.834.339)
Importações a pagar - US\$	(47.541)	(13.010)
	(3.135.676)	(1.790.157)
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	180.017	1.114.324
Contratos futuros (NewEdge) - Controlada - US\$	304.558	345.447
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	375.933	166.620
	860.508	1.626.391

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Exposição em moeda estrangeira em R\$	(3.135.676)	(1.789.389)
Nocional de proteção	860.508	1.626.391
Relação	27%	91%

JBS USA Holdings Inc.

Em 31 de março de 2011, a Controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas possuíam uma alta correlação de cobertura entre as suas exposições cambiais, decorrentes de vendas em moeda estrangeira, e os derivativos futuros adquiridos para esta finalidade.

No período findo em 31 de março de 2011, a JBS USA Inc. e suas controladas reconheceram R\$ 2.054 (R\$ 190.425 em 31 março de 2010), decorrente da variação de valor justo destes instrumentos e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de março de 2011, estão registrados no ativo e no passivo, por R\$ 161.629 e R\$ 117.946 (R\$ 107.337 e R\$ 67.191 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia:

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Banco Credit Suisse.

Credit Suisse

Data início Swap	Principal US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Resultado de Swap em 31/03/2011
			(a)	(a)	(b)
14/2/2011	100.000	14/5/2013	95.948	109.184	(13.236)

Citibank

Data início Swap	Principal US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Resultado de Swap em 31/03/2011
			(a)	(a)	(b)
13/12/2010	30.000	10/12/2012	1.745	3.709	(1.964)
4/2/2011	73.296	4/2/2015	25.992	42.888	(16.896)
			27.737	46.597	(18.861)

Impacto no resultado do 1o. Trimestre de 2011

 Total **(32.097)**

(a) O valor de contrato da ponta ativa do swap é calculado com base na taxa do dólar na data de vencimento acrescido de juros de 6%a.a

(b) O resultado de swap refere-se a diferença da ponta ativa e ponta passiva a valor justo

Contabilidade de Hedge

O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A Companhia registra os instrumentos financeiros derivativos, conforme IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, a variação cambial dos pedidos firmes de venda para contrapor os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos adquiridos para proteção dos mesmos.

A Administração da Companhia designou como hedge de valor justo esta proteção dos contratos de vendas firmados com o objetivo de proteger o risco cambial que surge entre a data de contratação e a data de embarque dos produtos transacionados, uma vez que o preço de venda em moeda estrangeira é fixado na data em que se firma o compromisso de venda e compra entre as partes. Para esta cobertura, a Companhia utiliza instrumentos futuros de dólar contratados com a BM&F.

f) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, cujo valor está apresentado na nota 5. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia e suas controladas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia e suas controladas que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira. Historicamente, não ocorreram perdas relevantes nas contas a receber.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

Para minimizar os riscos de créditos de derivativos contratados, a Companhia e suas controladas têm a estratégia de concentrar essas operações no mercado futuro onde a contraparte são as bolsas de mercadorias e futuros. Por estes instrumentos, as variações do valor justo dos derivativos ocorre pelos ajustes diários, os quais são pagos ou recebidos diariamente em caixa, reduzindo-se o risco de inadimplência na data de vencimento.

g) Riscos de preços na compra de commodities

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de instrumento financeiro futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1(um) dia, com intervalo de confiança de 99%.

O ramo de atuação da controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas está exposto à volatilidade dos preços do gado, de grãos como milho e farinha de soja e de energia, como gás natural, eletricidade e combustível diesel, cujas variações resultam de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, condições políticas, oferta e demanda e outros. A controlada direta JBS USA Holdings, Inc. e suas controladas compram derivativos com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades previstas de compra dessas commodities para períodos de até 12 meses. Podem firmar contratos derivativos com vencimento no longo prazo para commodities específicas caso seja julgado apropriado. Em 31 de março de 2011, a controlada direta JBS USA e suas controladas tinham posições abertas de derivativos cobrindo 14,5% de compra de gado 6,1% das necessidades de porco, 2,5% de necessidades de farinha de soja, 24,1% das necessidades de gás natural e 5,3% das necessidades de milho, todas previstas até 31 de março de 2012.

Os parâmetros para redução de risco estão baseados no constante monitoramento das exposições das commodities, considerando valores e prazos negociados, correlacionando-se com o resultado do orçamento do grupo de gestão de risco para o ano. Para estas commodities fundamentais ao negócio, como gado vivo, porcos magros, grãos e energia ("Commodities fundamentais"), a perda autorizada de um operador ("Stop loss") será assumida como 25 por cento (25%) do seu resultado orçado para o exercício social corrente anual, calculada utilizando o resultado de 10 dias de operação e, independentemente do resultado acumulado no exercício corrente de cada operador (o "Cálculo Stop Loss"). Cada operador autorizado terá direito a duas "Stop loss" em qualquer período de doze meses.

Durante estas "Stop loss", o operador terá que fechar suas posições e se abster da operação por duas semanas ou um período maior, caso julgado apropriado pelo Comitê Financeiro. No caso de excesso dos 25% de perda autorizada, conforme mencionado anteriormente, este Comitê conversará formalmente com o operador que tenha ultrapassado este limite, julgando se será apropriado conceder uma adicional "Stop loss", revendo os limites de VaR e margens deste operador ou se o contrato de trabalho será cancelado.

Durante o período findo em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas reconheceram uma perda de R\$ 26.072 (um ganho de R\$ 50.293 no período findo em 31 de março de 2010) no resultado do período na conta de custo dos produtos vendidos, decorrente da variação de valor justo destes instrumentos de commodities e de liquidações dos mesmos ocorridas no período. O valor justo destes derivativos, em 31 de março de 2011, estão registrados no ativo e no passivo, por R\$ 161.629 e R\$ 117.946 (R\$ 107.337 e R\$ 67.191 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

A seguir seguem os ativos, passivos e compromissos firmes totais expostos a riscos de variação de preços de compra de boi, grãos e energia da Companhia e de suas controladas:

EXPOSIÇÃO	31.03.11	31.12.10
OPERACIONAL		
Contratos firmes - R\$	2.562.504	1.871.573
TOTAL	2.562.504	1.871.573

h) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	31.03.11	31.12.10
Caixa e equivalentes de caixa	3.557.276	4.074.574
Empréstimos e financiamentos no CP	4.585.704	4.966.198
Indicador de liquidez modificado	0,78	0,82
Indicador de alavancagem	3,1x	3,0x

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas de acordo com os respectivos vencimentos:

Em 31 de março de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	2.299.125	-	-	-	2.299.125
Empréstimos e financiamentos	4.585.704	3.004.600	5.080.170	2.492.266	15.162.740
Passivos financeiros derivativos	25.983	5.821	452	-	32.256
TOTAL	6.910.812	3.010.421	5.080.622	2.492.266	17.494.121
Em 31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	2.962.395	-	-	-	2.962.395
Empréstimos e financiamentos	4.966.198	1.888.682	4.711.500	3.616.974	15.183.354
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(7.150)	5.493	890	-	(767)
TOTAL	7.921.443	1.894.175	4.712.390	3.616.974	18.144.982

i) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

j) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2011 é de R\$ 512.511 (R\$ 500.195 em 31 de dezembro de 2010). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações. A subsidiária direta JBS USA possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos cujo saldo em 31 de março de 2011 é de R\$ 141.377 (R\$ 37.255 em 31 de dezembro de 2010). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

k) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos circulantes			
Derivativos	(259)	(32.097)	-

Abaixo, está demonstrado a comparação dos valores contábeis com os respectivos valores justos:

	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(i) Caixa e bancos	1.673.631	1.673.631	1.876.666	1.876.666
(i) Aplicações financeiras	1.883.645	1.883.645	2.197.908	2.197.908
(iii) Contas a receber de clientes	3.969.279	3.969.279	4.036.104	4.036.104
(iii) Créditos com empresas ligadas	260.653	260.653	332.679	332.679
(iv) Derivativos	-	-	(767)	(767)
Ativos financeiros totais	7.787.208	7.787.208	8.442.590	8.442.590
(iii) Fornecedores	2.489.032	2.489.032	2.962.395	2.962.395
(iii) Empréstimos e financiamentos	15.162.740	15.162.740	15.183.354	15.183.354
(iii) Debêntures	3.462.212	3.462.212	3.462.212	3.462.212
(iv) Derivativos	(32.356)	(32.356)	-	-
Passivos financeiros totais	21.081.628	21.081.628	21.607.961	21.607.961
	(13.294.420)	(13.294.420)	(13.165.371)	(13.165.371)

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros

- (i) Ativo Financeiro medurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Empréstimos e recebíveis
- (iii) Passivos financeiros não derivativos
- (iv) Instrumentos financeiros derivativos

I) Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de março de 2011, a seguir estão apresentadas simulamos possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável de impacto no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Exposição (a)	Risco	Efeito no resultado		
		Cenário (I) provável	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Financeira	Depreciação do R\$	223.929	(1.511.964)	(3.023.928)
Operacional	Depreciação do R\$	(7.915)	488.612	977.223
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	(235.239)	215.127	430.254
		(19.225)	(808.225)	(1.616.451)
Premissa	Câmbio	1,6287	2,0359	2,4431

(a) Ver detalhamento dos instrumentos acima relacionados na nota explicativa 33 (e).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis interinas dos trimestres findos em 31 de março 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

34 Eventos Subsequentes**JBS assina acordo com Ministério Público do Acre**

A Companhia anunciou que assinou no dia 27 de abril de 2011 um Acordo Nacional com o Ministério Público Federal do Estado do Acre e outros MPs de diversos estados. A assinatura foi antecipada pela JBS S/A no comunicado ao mercado de 19 de abril de 2011. O acordo põe fim à ação civil pública contra a Companhia e elimina qualquer possibilidade de multa contra a Companhia.

Para a Companhia, esse acordo (válido em todo o território nacional) materializa sua permanente conduta e práticas sustentáveis na região Amazônica, e reafirma seu compromisso com a transparência e com o desenvolvimento sócio-ambiental. Esse compromisso está alinhado com os principais acionistas da JBS, incluindo o BNDES, com os quais a Companhia já tem um acordo de práticas ambientais avançadas e que contempla toda a cadeia produtiva.

O acordo com o MP do Acre reforça o trabalho realizado pela Companhia junto aos pecuaristas. A empresa tem ampliado em todas as Regiões a parceria com Embrapa para fomentar as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) junto aos fornecedores.

Nota da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)

A Companhia comunicou que a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda ("SEAE/MF") emitiu no dia 29 de Abril de 2011 uma nota a respeito do Ato de Concentração nº 08012.008074/2009-11, que trata da associação entre Companhia e Bertin S.A. A referida nota sugere a aprovação da operação condicionada à alienação de uma planta frigorífica nos estados de Goiás e Minas Gerais equivalente à participação de mercado da Bertin nesses estados anteriormente à operação.

A nota da SEAE/MF é opinativa e não tem caráter vinculativo, sendo certo que as conclusões da nota não devem ser interpretadas necessariamente como indicação de decisão final pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), órgão ao qual cabe a decisão final a respeito de aspectos concorrenciais da referida operação.

A Companhia acredita que a referida fusão não fere a concorrência nos estados mencionados e continuará cooperando ativamente com as autoridades competentes para que a associação seja aprovada de forma integral.

* * * * *